Ministério da Ciência e Tecnologia

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

**SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO**

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2008

# S E P E D

**Luiz Antonio Barreto de Castro**
Secretário da SEPED

**MARCO, 2009**

**República Federativa do Brasil**
**Luiz Inácio Lula da Silva**
*Presidente*

**Ministério da Ciência e Tecnologia**
**Sérgio Rezende**
*Ministro*

Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento
**Luiz Antonio Barreto de Castro**
***Secretário***

**Departamento de Políticas e Programas Temáticos – DEPPT**
**Mario Noberto Baibich**
*Diretor*

**Coordenadores da SEPED:**

**Coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa -CGAA**
*Fernando André Pereira das Neves*

**Coordenação Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade - CGBD**
*Maria Cordelia Soares Machado*

**Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas – CGSA**
*Maria Luiza Braz Alves*

**Coordenação Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia - CGCH**
*Darly Henriques da Silva*

**Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde – CGBS**
*Paulo José Péret de Sant'Ana*

**Coordenação Geral de Mudanças Globais de Clima - CGMG**
*José Domingos Gonzalez Miguez*

**Coordenação Geral de Micro e Nanotecnologia - CGNT**
*Alfredo de Souza Mendes*

**Coordenação para Mar e Antártica - CMA**
*Sergio Vicentini*

**COLABORADORES**

Andrea Ferreira Portela Nunes
Ana Francisca Fernandes Corrêa
Ariane Durce Maciel Silva
Cláudia Morosi Czarneski
Eder Torres Tavares
Marcos Willian Bezerra de Freitas
Maria do Socorro Leal Santos
Ricardo Melamed
Ubirajara Araújo Filho

**Relatório consolidado pela equipe técnica:**
- Fernando André Pereira das Neves – Coordenador da CGAA/SEPED
- Lozevaldo Monteiro Cruz – Assistente Técnico da CGAA/SEPED

# ÍNDICE


**APRESENTAÇÃO** ..... **5**

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2008** ..... **6**

**1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE** ..... **6**

**2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E//OU PROGRAMÁTICAS** ..... **7**
**2.1 - Responsabilidades institucionais – Papel da unidade na execução das políticas públicas** ..... **7**
**2.2 – Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas** ..... **7**
**2.3 – Programas** ..... **9**
**2.3.1. Programa: 1122 -** Ciência Tecnologia e Inovação, Aplicadas aos Recursos Naturais ..... 9
**2.3.2 - Programa 1122** ..... **9**
Tabela 1: Descrição das ações do Programa 1122 (no âmbito da SEPED) ..... 11
2.3.2.1 - **Ação 2272**: Gestão e Administração do Programa 1122 ..... 11
2.3.2.2 - **Ação** 4415: Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia do Mar ..... 13
2.3.2.3 – **Ação 4951**: Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas do Pantanal ..... 16
2.3.2.4 – **Ação 6255**: Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para a Gestão Ambiental - GEOMA ..... 18
2.3.2.5 – **Ação 6258**: Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Científicos e Tecnológicos do Programa -Piloto para Proteção das Florestas Tropicais. ..... 20
2.3.2.6 – **Ação 6717**: Desenvolvimento de Pesquisas Estratégicas para os Biomas Brasileiros ..... 23
2.3.2.7 – **Ação 6739**: Desenvolvimento de Ações Estratégicas em Biodiversidade ..... 25
2.3.2.8 - **Ação 8963**: Apoio à Modernização de Acervos Biológicos (Coleções *Ex Situ*) ..... 27
2.3.2.8 - **Ação 8964**: Apoio a Redes de Inventários da Biota ..... 29
2.3.2.10 – **Ação 8978**: Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Temáticas da Biodiversidade ..... 31

**2.3.3 – Programa 1421:** Meteorologia e Mudanças Climáticas ..... 33
2.3.3.1 – Principais Ações do Programa 1421 (no âmbito da SEPED) ..... 34
2.3.3.2 – **Ação 200B**: Rede de Meteorologia e Clima ..... 35
2.3.3.3 – **Ação 6126**: Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa ..... 37
2.3.3.4 – **Ação 6909**: Operacionalização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo ..... 41

**2.3.4 PROGRAMA 1388:** Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) ..... 46
2.3.4.1 – Principais Ações do Programa 1388 (no âmbito da SEPED) ..... 46
2.3.4.2 - **Ação 2272**: Gestão e Administração do Programa 1388 - PTRES 004751 – PI 001 ..... 47
2.3.4.3 – **Ação 4942**: Apoio a Pesquisa e Desenvolvimento de Biotecnologia ..... 48
2.3.4.4 – **Ação 4940**: Apoio a Redes e Laboratórios de Nanotecnologia ..... 57
2.3.4.5 – **Ação 8655**: Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento em Nanotecnologia ..... 59

**2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL** ..... **62**
**Desempenho Operacional: METEOROLOGIA, CLIMATOLIGA E HIDROLOGIA** ..... 62
**Desempenho Operacional: BIODIVERSIDADE** ..... **64**
**Desempenho Operacional: MAR** ..... **64**
**Desempenho Operacional: ANTÁRTICA** ..... **65**
**Desempenho Operacional: Meio Ambiente** ..... **66**
**Desempenho Operacional: Biotecnologia** ..... **68**
**Desempenho Operacional: Mudanças Climáticas** ..... **69**

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** ..... **73**

# TABELAS

Tabela 1: Descrição das ações do Programa 1122 (no âmbito da SEPED) ..... 11
Tabela 2: Dados Gerais da Ação 2272 ..... 11
Tabela 3: Metas e resultados da Ação 2272 no exercício de 2008 ..... 12
Tabela 4: Dados Gerais da Ação 4415 ..... 13
Tabela 5: Metas e resultados da Ação 4415 no exercício de 2008 ..... 13
Tabela 6: Dados Gerais da Ação 4951 ..... 16
Tabela 7: Metas e resultados da Ação 4951 no exercício de 2008 ..... 16
Tabela 8: Dados Gerais da Ação 6255 ..... 18
Tabela 9: Metas e resultados da Ação 4951 no exercício de 2008 ..... 18
Tabela 10: Dados Gerais da Ação 6258 ..... 20
Tabela 11: Metas e resultados da Ação 6258 no exercício de 2008 ..... 21
Tabela 12: Dados Gerais da Ação 6717 ..... 23
Tabela 13: Metas e resultados da Ação 6717 no exercício de 2008 ..... 23
Tabela 14: Dados Gerais da Ação 6739 ..... 25
Tabela 15: Metas e resultados da Ação 6739 no exercício de 2008 ..... 25
Tabela 16: Dados Gerais da Ação 8963 ..... 27
Tabela 17: Metas e resultados da Ação 8963 no exercício de 2008 ..... 27
Tabela 18: Dados Gerais da Ação 8964 ..... 29
Tabela 19: Metas e resultados da Ação 8964 no exercício de 2008 ..... 29
Tabela 20: Dados Gerais da Ação 8978 ..... 31
Tabela 21: Metas e resultados da Ação 8978 no exercício de 2008 ..... 31
Tabela 22: Descrição das ações do Programa 1421 (no âmbito da SEPED) ..... 34
Tabela 23: Dados Gerais da Ação 200B ..... 35
Tabela 24: Metas e resultados da Ação 200B no exercício de 2008 ..... 35
Tabela 25: Dados Gerais da Ação 6126 ..... 37
Tabela 26: Metas e resultados da Ação 6126 no exercício de 2008 ..... 37
Tabela 27: Dados Gerais da Ação 6909 ..... 41
Tabela 28: Metas e resultados da Ação 6909 no exercício de 2008 ..... 41
Tabela 30: Descrição das ações do Programa 1388 (no âmbito da SEPED) ..... 46
Tabela 31: Dados Gerais da Ação 2272 (PTRES 004751 – PI 001) ..... 47
Tabela 32: Metas e resultados da Ação 2272 (PTRES 004751 – PI 001) ..... 47
Tabela 33: Dados Gerais da Ação 4942 ..... 48
Tabela 34: Metas e resultados da Ação 4942 ..... 48
Tabela 35: Dados Gerais da Ação 4940 ..... 57
Tabela 36: Metas e resultados da Ação 4940 ..... 58
Tabela 37: Dados Gerais da Ação 8655 ..... 59
Tabela 38: Metas e resultados da Ação 8655 ..... 59

# APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão expõe as realizações da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e de Desenvolvimento - SEPED, no exercício em exame, contextualizadas em Ações de Programas do PPA. Esse relatório é um produto do trabalho realizado em conjunto, por cada uma de suas Coordenações Gerais, atores diretamente envolvidos no processo de execução dessas Ações, com recursos provenientes da Lei de Orçamento Anual.

Tais ações apresentam objetivo e escopo de atuação definidos em consonância com a política de ciência, tecnologia e inovação. Dentre os Programas do PPA vinculados ao MCT, a SEPED, no exercício em comento, é responsável pela execução de 18 (dezoito) Ações, distribuídas em 3 (três) programas finalísticos. Ademais, a SEPED vem desenvolvendo ações financiadas por recursos provenientes de fundos setoriais, criados com o objetivo de contribuir para a construção de uma política nacional de CT&I de longo prazo, visando, simultaneamente, incentivar o desenvolvimento tecnológico empresarial e oferecer um novo padrão de financiamento adequado às necessidades de investimentos em CT&I. Vale ressaltar, que essas Ações não serão comentadas nesse relatório, no aspecto da execução orçamentária, uma vez tratar-se de assunto sob a responsabilidade da Secretaria Executiva dos Fundos Setoriais.

Todas as informações produzidas por este relatório irão compor a Prestação de Contas Anual de 2008, do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 2.238, de 19/12/08, Instrução Normativa do TCU n.º 57, de 27/08/08 e Decisão Normativa TCU nºs. 93 e 94, de 03/12/08.

Luiz Antonio Barreto de Castro
Secretário da SEPED

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
**Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento**

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2008

## 3. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

| |
|---|
| NOME COMPLETO DA UNIDADE E SIGLA:<br>**SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – SEPED** |
| NATUREZA JURÍDICA:<br>**ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO** |
| VINCULAÇÃO MINISTERIAL:<br>**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – MCT** |
| NORMATIVA DE CRIAÇÃO, DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, REGIMENTO INTERNO OU ESTATUTO DA UNIDADE QUE TRATA O RELATÓRIO DE GESTÃO E RESPECTIVA DATA DEE PUBLICAÇÃO NO DOU:<br>Aprovada a Estrutura Regimental através do Decreto Presidencial n.º 5.886, de 06 de setembro de 2006, DOU, de 08/09/06 e Regimento Interno da aprovado pela Portaria MCT n.º 755, de 03 de outubro de 2006, DOU de 05/10/06. |
| CNPJ:<br>**01.293.896/0001-64 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – MCT** |
| UNIDADE E CÓDIGO NO SIAFI:<br>**SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - 240.136** |
| CÓDIGO DA UJ TITULAR DO RELATÓRIO:<br>**SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - 240.136** |
| ENDEREÇO COMPLETO DA SEDE:<br>**Esplanada dos Ministérios Bl. E – 2º andar 218 - 70.067-900 – Brasília – DF**<br>**Fone: (61) 3317.8128 – 8015 – FAX: (61) 3317.7766** |
| ENDEREÇO DA PÁGINA INSTITUCIONAL NA *INTERNET*:<br>**http://www.mct.gov.br/** |
| SITUAÇÃO DA UNIDADE QUANTO AO FUNCIONAMENTO:<br>**EM FUNCIONAMENTO** |
| FUNÇÃO DE GOVERNO PREDOMINANTE:<br>**CIÊNCIA E TECNOLOGIA** |
| TIPO DE ATIVIDADE:<br>Promover o conhecimento científico e tecnológico com vistas à melhoria da qualidade de vida |

| UNIDADE GESTORA UTILIZADA NO SIAFI: | NOME: | CÓDIGO: |
|---|---|---|
| | **COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICA – CGRL/SPOA** | **240.101** |

## 4. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E//OU PROGRAMÁTICAS

### 2.1 - Responsabilidades institucionais – Papel da unidade na execução das políticas públicas

A Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – SEPED é uma Unidade Jurisdicionada do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, e tem como responsabilidade institucional implantar e gerenciar políticas e programas visando o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no País.

A SEPED atua em diversas áreas do conhecimento, sustentadas em 3 (três) estratégicos programas finalísticos, que tem como objetivos:

1 - Ampliar, organizar e disponibilizar a base de informação e conhecimento técnico-científico, visando à inovação tecnológica e a conservação dos recursos naturais,

2 - Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, a criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional em especial na área de Biotecnologia e Saúde e, Nanotecnologia,

3 - entender os mecanismos que determinam as mudanças climáticas globais e melhorar a capacidade de previsão meteorológica, climática, hidrológica e ambiental.

### 2.2 – Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

A atuação da SEPED na execução das políticas públicas está relacionada a uma Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional. A estratégia foi apresentada na forma de um Plano de Ação para o período 2007 - 2010, cuja elaboração foi coordenada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia com ampla participação acadêmica, e institucional pública e privada, a partir das orientações estratégicas e prioridades máximas definidas pelo Governo Federal.

As prioridades do Plano estão diretamente relacionadas com os ***quatro eixos estratégicos*** que norteiam a atual Política Nacional de C, T&I, a saber:

1) Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, com a finalidade de expandir, integrar, modernizar e consolidar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação;

2) Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas, com a finalidade de intensificar as ações de fomento à inovação e de apoio tecnológico nas empresas;

3) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas, com a finalidade de fortalecer as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas para o País, e;

4) Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social, com a finalidade de promover a popularização e o aperfeiçoamento do ensino de ciências nas escolas, bem como a produção e a difusão de tecnologias e inovações para a inclusão social e o desenvolvimento social.

A atuação da SEPED, praticamente, se encaixa em todas as atividades definidas no eixo **3 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas**, através da execução das ações dos Programas do PPA, **1122** - Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicadas aos Recursos Naturais, **1388** - Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e do Programa **1421** - Meteorologia e Mudanças Climáticas.

No que concerne a execução orçamentária e financeira, podemos constatar a seguir, que a SEPED, obteve resultados considerados satisfatórios compatíveis com os recursos oferecidos, onde na maioria das ações foi possível superar algumas metas.

## 2.3 - Programas

### 2.3.1. Programa: 1122 - Ciência Tecnologia e Inovação, Aplicadas aos Recursos Naturais

**TIPO DE PROGRAMA:**

FINALÍSTICO

**OBJETIVO GERAL:**

Ampliar, organizar e disponibilizar a base de informação e conhecimento técnico-científico visando à inovação tecnológica e a conservação dos recursos naturais.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

A estratégia de implantação desse Programa está voltada à estruturação de redes multiinstitucionais e multidisciplinares para a geração e difusão do conhecimento; também serão feitos editais, termos de parceria, contratos de gestão e convênios para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e contratação de estudos técnicos e serviços. A forma de execução será descentralizada, por meio de parcerias entre órgãos da administração direta de vários ministérios, estados, municípios, instituições acadêmicas, organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Os critérios de elegibilidade para o apoio a iniciativas desse Programa são: excelência técnico-científica, compromisso em constituir e disponibilizar dados - ainda que de forma classificada. Ao Governo Federal cabe o gerenciamento, monitoramento e avaliação de atividades e projetos bem como o desenvolvimento e operação de sistemas de informações que cruzem variáveis ambientais, econômicas e sociais com vistas a otimização do desenvolvimento científico e tecnológico nacional e ao suporte de políticas, planos e programas. O monitoramento da execução das ações do Programa será feito mediante apresentação de relatórios técnicos e financeiros semestrais, bem como ao cumprimento de metas estabelecidas nos projetos desenvolvidos. Aos estados e municípios e outros parceiros cabe fornecer informações necessárias e utilizar os sistemas de informações para subsidiar o ordenamento territorial e minimizar os riscos de degradação ambiental. Os produtos deste Programa serão de acesso público.

**GERENTE DO PROGRAMA:**

LUIZ ANTONIO BARRETO DE CASTRO

**GERENTE EXECUTIVO:**

FERNANDO ANDRÉ PEREIRA DAS NEVES

**RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NO ÂMBITO DA UJ:**

LUIZ ANTONIO BARRETO DE CASTRO

**INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA:**

- Número de Núcleos de Biogeoinformática Institucionais Constituídos.
- Sistema de Informação em Biodiversidade Instalado.

**PÚBLICO ALVO:**

Comunidade científica; indústria; comunidades locais; e poder público

### 2.3.2 - Programa 1122

Das 18 (dezoito) Ações que compõem o Programa 1122, no exercício de 2008, apenas 10 (dez) foram executadas diretamente pelas Coordenações Gerais da SEPED:

**Tabela 1: Descrição das ações do Programa 1122 (no âmbito da SEPED)**

| Ação | Descrição da Ação |
|---|---|
| 2272 | Gestão e Administração do Programa |
| 4415 | Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia do Mar |
| 4951 | Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas do Pantanal |
| 6255 | Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para a Gestão Ambiental – GEOMA |
| 6258 | Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Científicos e Tecnológicos do Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais |
| 6717 | Desenvolvimento de Pesquisas Estratégicas para os Biomas Brasileiros |
| 6739 | Desenvolvimento de Ações Estratégicas em Biodiversidade |
| 8963 | Apoio à Modernização de Acervos Biológicos (Coleções *Ex Situ*) |
| 8964 | Apoio a Redes de Inventários da Biota |
| 8978 | Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Temáticas da Biodiversidade |

### 2.3.2.1 - Ação 2272: Gestão e Administração do Programa 1122

**Tabela 2: Dados Gerais da Ação 2272**

| |
|---|
| **TIPO:**<br>Atividade |
| **FINALIDADE:**<br>Constituir um centro de custos administrativo dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa. |
| **DESCRIÇÃO:**<br>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa. |
| **UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS:**<br>Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240136 |
| **COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO:**<br>Fernando André Pereira das Neves – (61) 3317-7613 - **e-mail**: fandre@mct.gov.br |
| **UNIDADE EXECUTORA:**<br>Administração Direta – 24101 |
| **ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO**<br>Coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa |
| **COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇAO:** |

**Resultados:**

No âmbito desta ação foi realizado o apoio necessário ao desenvolvimento do Programa C,T&I, Aplicadas aos Recursos Naturais. As despesas, dentre outras, envolveu pagamentos de servidores sob o regime de contratos temporários, terceirizados, material de consumo, sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas, produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações, outros serviços de terceiros e, demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa. Os resultados desta ação estão diretamente relacionados aos resultados do Programa, uma vez que confere ao mesmo o apoio logístico necessário.

Dos recursos oferecidos a ação (2272/1122, que foi desmembrada por PI, com vistas atender mais de uma Unidade Jurisdicionada, coube a SEPED o PI 001 – PTRES 004750, com uma dotação no valor de R$ 1.207.577,00 (hum milhão, duzentos e sete mil quinhentos e setenta e sete reais).

As despesas empenhadas/realizadas na ordem de R$ 1.152.533,00 (hum milhão, cento e cinqüenta e dois mil e quinhentos e trinta e três reais), correspondente a 95,4% da ação (Vide Demonstrativos de Execução Física/Financeira).

Podemos afirmar que esses recursos foram muito bem administrados e executados, onde a SEPED, teve a preocupação de manter o controle dos gastos.

**Tabela 3: Metas e resultados da Ação 2272 no exercício de 2008**

| META | PREVISÃO | EXECUÇÃO | EXECUÇÃO/PREVISÃO % |
|---|---|---|---|
| **Financeiro** | 1.207.577,00 | 1.152.533,00 | **95,40** |
| **Física** | Não se aplica | Não se aplica | **Não se aplica** |

**Metas Físicas: Não se aplica.**

**Produto: Não Possui**

### 2.3.2.2 - Ação 4415: Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia do Mar

**Tabela 4: Dados Gerais da Ação 4415**

| |
|---|
| **TIPO:**<br>Ação Orçamentária |
| **FINALIDADE:**<br>Aumentar o conhecimento sobre os recursos bióticos e abióticos do mar, os efeitos antrópicos e o aproveitamento sustentável desses recursos |
| **DESCRIÇÃO:**<br>Financiamento de pesquisas, por meio de demanda espontânea ou induzida, objetivando a ampliação do conhecimento sobre o potencial de recursos bióticos e abióticos e, a partir desses conhecimentos, apoiar projetos para obtenção de alimentos, energia e recursos minerais (inclusive petróleo e gás) de forma sustentável. |
| **UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS:**<br>Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240136 |
| **COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO:**<br>Ariane Durce Maciel Silva - **e-mail**: amaciel@mct.gov.br |
| **UNIDADE EXECUTORA:**<br>Administração Direta – 24101 |
| **ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO:**<br>Coordenação para o Mar e Antártica |
| **COMPETÊNCIA INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO** |

**Tabela 5: Metas e resultados da Ação 4415 no exercício de 2008**

| META | PREVISÃO | EXECUÇÃO | EXECUÇÃO/PREVISÃO % |
|---|---|---|---|
| **Financeiro** | **336.781,00** | **319.687,00** | **94,90** |
| 4415.0001 | 36.781,00 | 36.781,00 | 100,00 |
| 4415.0056(*) | 300.000,00(**) | 282.906,00 | 94,30 |
| **Física 4415.0001** | **1** | **0** | **60%** |
| **Física 4415.0056** | **2** | **0** | **50%** |

**(*) Localizador :** 19.571.1122.4415.0056 - Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia do Mar - Estudo para Contenção do Avanço do Mar na Região Metropolitana do Recife - No Estado de Pernambuco

(**) O crédito no valor de R$ 300.000,00 referentes à Emenda Parlamentar nº 32050007 do projeto PROCOSTA foi descentralizado e encaminhado para a Universidade Federal de Pernambuco, onde está empenhado e sendo executado dentro do cronograma inicial.

**Metas e resultados da ação**

**Ação 4415 – Localizador 0001:**

- O projeto apoiado tem como Meta a caracterização do estado da arte em Biotecnologia Marinha, subdividida em 7 fases, a saber: Fase 1: Formação da equipe e delimitação das sub-áreas do estudo; Fase 2: Identificação dos Grupos, linhas de pesquisa e infra-estrutura em biotecnologia marinha existentes nos setores público e privado; Fase 3: Identificar cursos e programas voltados para a formação de recursos humanos em biotecnologia marinha; Fase 4: Caracterizar o estado da arte da biotecnologia marinha brasileira, apontando fragilidades e fortalezas; Fase 5: Mapear tendências tecnológicas de bioprospecção relacionadas à biotecnologia marinha em âmbito nacional e internacional para identificar potenciais rotas de desenvolvimento ou aperfeiçoamento de produtos e processos; Fase 6. Realizar estudos prospectivos sobre patentes nacionais e internacionais de invenções biotecnológicas, desenvolvidas com base em recursos marinhos, para a identificação de tecnologias emergentes; Fase 7. Identificar pontos de interface entre os setores público e privado.
- A eficácia do projeto pode ser comprovada pelo relatório de acompanhamento, encaminhado à esse ministério, em dezembro p.p., informando o cumprimento das fases 1 e 2, restando as fases 3 e 4 para serem concluídas até o mês de março de 2009.
- O trabalho de identificação dos grupos, linhas de pesquisa e infra-estrutura em biotecnologia marinha existentes nos setores públicos e privados, permitindo a elaboração de um banco de dados contendo as informações de pesquisadores brasileiros (CNPq, CAPES, Google, entrevistas), suas linhas de pesquisa e sua infra-estrutura em biotecnologia marinha será de grande importância para área. A disponibilização de tais informações para o público, em geral, irá sanar a atual deficiência de informações e principalmente de organização do conhecimento acumulado pelos diversos grupos de pesquisas identificados e mapeados desse estudo.
- Dessa forma, o impacto gerado, pelo levantamento realizado por meio dessa ação, será dado pela possibilidade de troca de informações entre pesquisadores que atuam em projetos de biotecnologia marinha e os que se dedicam à projetos de investigação científica geralmente classificados como pesquisa básica, aumento a sinergia dos grupos de pesquisa. A identificação de estudos envolvendo Biotecnologia Marinha, porém em cursos de pós-graduação em áreas distintas tais como Química, Bioquímica, Fármacia, Biofísica, dentre outras, evidenciado nas fases iniciais do projeto, permitirá alavancar a formação de novas redes de pesquisa multidisciplinares.
- As fases seguintes permitirão por meio dos estudos de bioprospecção apontar potenciais rotas de desenvolvimento ou aperfeiçoamento de produtos e processos sendo fundamentais para acelerar o desenvolvimento da Biotecnologia Marinha.

**Ação 4415 – Localizador 0056:**

- A execução dessa ação se deu pela descentralização do recurso em favor da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, que destinou o mesmo para atendimento de dois projetos, quais sejam: "Contribuição do mapeamento sonográfico e batimétrico da plataforma continental interna adjacente aos municípios de Recife e Jaboatão dos Guararápes – PE para a caracterização da dinâmica erosiva da região" e "PROCOSTA – Processo erosivo na costa dos municípios de Recife e Jaboatão dos Guararápes.
- Em relação ao primeiro projeto, foram apresentados quatro itens a componentes das metas, a saber: 1. Realizar capacitação técnica para utilização do software Sonar Wiz.Map4; 2. Coletar dados batimétricos e sonográficos em detalhe, na plataforma continental interna e adjacente aos municípios de Recife e Jaboatão dos Guararápes; 3. Aplicação do software

Sonar Wiz. Map4, para mapeamento do tipo de fundo e estruturas presentes da plataforma continental e 4. Mapa batimétrico em detalhe da área estudada (escala 1:10.000).

- O objetivo principal do projeto é a obtenção de informações detalhadas sobre a morfologia de fundo através do levantamento batimétrico da plataforma continental e da tipologia do fundo marinho visando subsidiar análises sobre ondas e correntes, estando essas condicionadas a utilização do software adquirido especificamente para tal finalidade.
- Nesse sentido, podemos afirmar que o mesmo tem sido eficaz, considerando que o relatório de atividades desenvolvidas informa o cumprimento dos itens 1 e 2 da referida meta. O treinamento da equipe envolvida no projeto vêm sendo efetivado sistematicamente, contemplando inclusive a realização de uma campanha piloto de coleta de dados batimétricos e sonográficos, com resultados satisfatórios, e que possibilitou ainda que a equipe planejasse a execução dos próximos itens discriminados na meta.
- A ocorrência de erosão marinha progressiva, variando de moderada à severa em vários pontos da costa pernambucana, trouxe a necessidade de articulação entre as prefeituras dos Municípios de Jaboatão dos Guararápes, Recife, Olinda e Paulista para um melhor entendimento e avaliação integrada do problema que é comum aos quatro municípios.
- Os resultados desse estudo serão de grande utilidade inclusive para outros estados da costa brasileira, tendo em vista recentes situações de emergência ocasionadas pela erosão e consequente destruição da orla marítima, registrados em municípios do norte e nordeste do país.
- O segundo projeto apoiado nessa ação apresenta cinco metas principais, sendo: 1. Aquisição e implantação de uma ferramenta de simulação numérica (Modelo MIKE21) no LOFEC/DOCEAN/UFPE; 1. Realizar capacitação técnica de pessoal para utilização do Modelo MIKE21; Geração de séries temporais sobre o regime das correntes, marés e clima de ondas, na região costeira dos municípios de Recife e Jaboatão dos Guararárpes representativos das estações chuvosa (40dias) e de estiagem (40 dias); 4. Aplicação da ferramenta MIKE21 para validação e calibração do modelo; 5. Utilização do modelo MIKE21 em 04 cenários possíveis de implantação de obras de contenção do processo erosivo na região.
- Cabe registrar que esse projeto, por solicitação do coordenador, teve seu cronograma alterado ficando o término estabelecido para agosto de 2009. Conforme relatado em ofício encaminhado ao MCT, os atraso na execução das metas se deram fundamentalmente pela necessidade de celebração de Termo de Convênio entre a Universidade Federal de Pernambuco e o instituto dinamarquês, Danish Hydraulic Institute, fornecedor do Modelo MIKE21. Por conseguinte a celebração do referido convênio possibilitou uma redução de 80% no preço de aquisição do software e de 50% no custo das capacitações a serem realizadas futuramente.
- Ainda que tenha sido pouco eficaz, o encaminhamento da questão mostrou-se eficiente, na medida que a redução no custo total foi significativa gerando possibilidades de outros investimentos no âmbito da ação. Por fim, dado a efetividade do projeto não ter sido comprometida, tendo em vista que os resultados previstos inicialmente serão alcançados.
- A conclusão desse estudo será de grande utilidade na busca de soluções globais mais efetivas e com uma melhor relação custo/benefício, para impedir/amenizar os efeitos do avanço do mar na costa da região metropolitana de Recife, reiterando dessa foram a efetividade dessa pesquisa.

### 2.3.2.3 – Ação 4951: Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas do Pantanal

**Tabela 6: Dados Gerais da Ação 4951**

| |
|---|
| **TIPO:**<br>Atividade |
| **FINALIDADE:**<br>Consolidar redes horizontais não-competitivas, aproveitando as vantagens comparativas das instituições de pesquisa e ensino da região do Pantanal. |
| **DESCRIÇÃO:**<br>O Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP) estrutura-se estrategicamente em uma rede de pesquisa compostas por grupos de pesquisa das instituições comprometidas com a pesquisa do bioma pantaneiro. Inicialmente, a rede contempla três áreas temáticas de pesquisa focadas na sustentabilidade de atividades econômicas em ecossistemas pantaneiros: a pecuária, a pesca e alternativas econômicas baseadas nas propriedades das plantas medicinais. Envolve ainda a realização de cursos de capacitação para pesquisadores e estudantes, excursões para coletas de campo e trabalhos de laboratório e popularização do conhecimento para o público-alvo por meio de palestras, cartilhas, seminários e outros. As pesquisas realizadas pelo CPP e que envolverem aspectos da biodiversidade, estarão em consonância com a Política Nacional de Biodiversidade, devendo também considerar o disposto na Convenção da Biodiversidade, especificamente no que tange ao conhecimento tradicional associado e à repartição justa e eqüitativa dos benefícios adquiridos. |
| **UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS:**<br>Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240136 |
| **COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO:**<br>Maria Luiz Braz Alves – (61) 3317 8111 - **e-mail**: mluiza@mct.gov.br |
| **UNIDADE EXECUTORA:**<br>Administração Direta – 24101 |
| **ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO**<br>Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas |
| **COMPETÊNCIA INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO** |

Esta ação vem sendo desenvolvida mediante Termo de Parceria com a OSCIP Centro de Pesquisa do Pantanal – CPP, desde 2004, em apoio ao Projeto "Consolidação das Redes de Pesquisa sobre os Ecossistemas do Pantanal". Ao longo deste período, as pesquisas realizadas proporcionaram o desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação regionalmente equilibrado e a aplicação de tecnologias modernas para a solução de problemas sociais, além da formação de recursos humanos qualificados em sua área de atuação, bem como o apoio à tomada de decisão para a definição de políticas públicas. Periodicamente a evolução do termo de parceria foi acompanhado e avaliado por meio de Comissão designada para tal fim (Comissão de Acompanhamento e Avaliação - CAA), que em reuniões semestrais analisou o alcance das metas estipuladas e a utilização dos recursos alocados.

**Tabela 7: Metas e resultados da Ação 4951 no exercício de 2008**

| META | PREVISÃO | EXECUÇÃO | EXECUÇÃO/PREVISÃO % |
|---|---|---|---|
| **Financeiro** | **694.494,00** | **694.494,00** | **100,00** |
| **Física** | **4** | **3** | **75,00** |

**Metas e resultados da ação**

A CAA, composta por membros do MCT e da OSCIP, acompanhou e avaliou o Termo de Parceria medindo o alcance das metas por meio dos indicadores estipulados, levando, ainda, em consideração as análises de Consultores técnicos independentes que avaliavam as pesquisas desenvolvidas. Baseado na aprovação da CAA, os valores orçamentários anuais eram descentralizados para continuação do Projeto. As pesquisas científicas desenvolveram-se nas áreas de pesca, pecuária e bioprospecção, visando o desenvolvimento de um fitoterápico e um bioinseticida. Desde 2007, acrescentou-se ao Projeto, em reconhecimento à atuação do CPP na montagem e gestão de projetos multidisciplinares e multiinstitucionais, a implantação da Rede COM CERRADO - rede de pesquisas científica e tecnológica visando a conservação e o uso sustentável do Cerrado. Em 2008 a rede COM CERRADO não atingiu a totalidade das metas estipuladas, refletindo-se na execução parcial das metas da ação.

### 2.3.2.4 – Ação 6255: Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para a Gestão Ambiental - GEOMA

**Tabela 8: Dados Gerais da Ação 6255**

| |
|---|
| **TIPO:**<br>Atividade |
| **FINALIDADE:**<br>Aprimorar métodos para uso da tecnologia de geoprocessamento em aplicações ligadas a instrumentos de gestão ambiental, visando a sua transferência para outras instituições interessadas. |
| **DESCRIÇÃO:**<br>Esta ação propõe intensificar as atividades da Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia - GEOMA e apoiar sua expansão para outros biomas. A integração dos grupos de trabalho para a formação da rede é sustentada pelo modelo de gestão adotado, por atividades comuns como a incorporação de conceitos de sustentabilidade e técnicas de modelagem aos projetos, pela integração de cientistas das áreas de ciências sociais e naturais para a busca de ferramentas de tomada de decisão e previsão de cenários, pelo desenvolvimento de um sistema de base de dados acessível a todos os integrantes da Rede, além da formação e treinamento de recursos humanos. Esta Rede está estruturada em 6 grupos temáticos: modelagem de mudanças de uso e cobertura da terra e da dinâmica populacional e ocupação humana, modelagem de ecossistemas inundáveis, modelagem de biodiversidade, modelos integrados, simuladores ambientais e bancos de dados geográficos, física ambiental e modelagem climática. A elaboração e adoção de modelos quantitativos de desenvolvimento subsidiam o país na adoção dos conceitos de sustentabilidade em suas políticas públicas. A Rede Geoma é a primeira rede que integra 6 unidades de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia) focadas na Amazônia, sendo três sediadas na Região Norte (INPA, MPEG, Mamirauá) e três na Sudeste (INPE, IMPA e LNCC). |
| **UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS:**<br>Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240136 |
| **COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO:**<br>Maria Luiz Braz Alves – (61) 3317 8111 - **e-mail**: mluiza@mct.gov.br |
| **UNIDADE EXECUTORA:**<br>Administração Direta – 24101 |
| **ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO**<br>Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas |
| **COMPETÊNCIA INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO** |

No exercício de 2008, os valores orçamentários alocados nesta ação foram descentralizados ao INPA para a continuação das pesquisas realizadas nas diversas áreas temáticas que compõem o GEOMA.

**Tabela 9: Metas e resultados da Ação 4951 no exercício de 2008**

| META | PREVISÃO | EXECUÇÃO | EXECUÇÃO/PREVISÃO % |
|---|---|---|---|
| **Financeiro** | **266.296,00** | **0** | **0%** |
| **Física** | **4** | **0** | **0%** |

**Metas e resultados da ação**

Os recursos previstos na Ação foram repassados ao INPA - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, próximo ao final do exercício. Entretanto, não houve tempo hábil para celebração do contrato com a Fundação Djalma Batista, responsável pela implementação dos projetos apresentados pelos pesquisadores do GEOMA, face o disposto no item 9.4 do Acórdão n.º 2.731, adotado pelo Tribunal de Contas da União. Os recursos foram recolhidos aos cofres do Tesouro.

### 2.3.2.5 – Ação 6258: Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Científicos e Tecnológicos do Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais.

**Tabela 10: Dados Gerais da Ação 6258**

| |
|---|
| **TIPO:**<br>Atividade |
| **FINALIDADE:**<br>Promover e disseminar, de forma coordenada, pesquisas científicas e tecnológicas em áreas relevantes do conhecimento, visando contribuir para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica. |
| **DESCRIÇÃO:**<br>Para implementação da Fase II do Subprograma de Ciência e Tecnologia (SPC&T) do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7, foi assinado, em 5 de agosto/2005, o Acordo de Doação RFT N.º TF054957 e USAID N.º TF054958. Tal Acordo de Doação envolveu recursos financeiros no valor de US$ 5,8 milhões, sendo US$ 5,1 milhões provenientes da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e US$ 700 mil do Rain Forest Trust Fund (RFT) do Banco Mundial. Os recursos de contrapartida do governo brasileiro somaram US$ 753,5 mil.<br>A Fase II se fundamentou no modelo de redes de pesquisa, seguindo dois temas prioritários (Manejo Integrado de Ecossistemas e Recuperação de Áreas Degradadas; Manejo Integrado de Bacias Hidrográficas, Ecossistemas Aquáticos e Recuperação de Áreas Degradadas), e foi estruturada em três componentes: i) projetos de pesquisa em temas estratégicos para a Região Amazônica; ii) divulgação de informações e resultados das pesquisas; iii) gerenciamento, monitoramento e avaliação.<br>Cabe destacar que a Fase II do SPC&T/PPG7 foi concluída em dezembro/2008. |
| **UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS:**<br>Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240136 |
| **COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO:**<br>Cláudia Morosi Czarneski - (61) 3317.7401 – 3317.8609 - **e-mail**: cmorosi@mct.gov.br |
| **UNIDADE EXECUTORA:**<br>Administração Direta – 24101 |
| **ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO:**<br>Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas - CGEC |
| **COMPETÊNCIA INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO** |

Para o acompanhamento de todas as atividades previstas no Acordo de Doação e da execução dos recursos da Ação 6258, a estrutura administrativa da Fase II do SPC&T/PPG7 compreendeu: i) a Unidade de Coordenação Geral (UCG) - sob a responsabilidade do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), no âmbito da Assessoria de Captação de Recursos - ASCAP, que desenvolveu as atividades em estreita interação com a Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED), a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) e a Unidade de Coordenação Executiva (UCE/CNPq); ii) a Unidade de Coordenação Executiva (UCE) - instituída no âmbito da Coordenação-Geral do Programa de Pesquisas em Ciências da Terra e do Meio Ambiente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A UCG/MCT e a UCE/CNPq foram estruturadas com recursos humanos provenientes dessas instituições e financeiros oriundos de doação e do tesouro nacional.

Vale enfatizar, ainda, que foi firmado um Termo de Cooperação entre o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no qual foi estabelecido um regime de cooperação mútua para a implementação da Fase II do SPC&T/PPG7 e apresentadas as atividades de responsabilidade de cada instituição.

**Tabela 11: Metas e resultados da Ação 6258 no exercício de 2008**

| META | PREVISÃO | EXECUÇÃO | EXECUÇÃO/PREVISÃO % |
|---|---|---|---|
| **Financeiro** | **2.191.740,00** | **1.019.173,00** | **46,50%** |
| Fonte 0100 | 191.740,00 | 104.347,00 | 54,40% |
| Fonte 0195 | 2.000.000,00 | 914.826,00 | 45,70% |
| **Física** | **10** | **52** | **520,00** |

**Metas e resultados da ação**

Com o intuito de analisar os resultados obtidos e as metas alcançadas, serão considerados os três componentes da Fase II do SPC&T/PPG7.

**Componente 1 - projetos de pesquisa em temas estratégicos:** em 19 de agosto de 2005, foi lançado o Edital MCT/CNPq/PPG7 nº 48/2005 para a seleção e contratação de projetos de pesquisa, a serem implementados na forma de sub-redes temáticas, com a inserção de temas transversais e participação de grupos emergentes, tendo sido aprovados 52 projetos de pesquisa estruturados em 11 sub-redes, cinco delas sediadas em Belém – PA, outras cinco em Manaus – AM e uma com sede em Rondônia – RO. Esses projetos apresentaram resultados significativos com produção científica, distribuídas em artigos em revistas internacionais e nacionais, periódicos, capítulos de livros, livros, trabalhos completos em Anais de Congressos, Dissertações defendidas, resumos em congressos, entre outros. Além disso, alguns deles estão contribuindo com os Planos de Governo para a conservação e o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica como, por exemplo, o Plano BR-163 Sustentável e o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia. Quanto às bolsas de pesquisa, cabe destacar que houve o envolvimento de 141 bolsistas, representando expressiva contribuição do SPC&T Fase II na capacitação em pesquisa direcionada para a conservação e o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica. A participação de grupos emergentes superou as expectativas do Subprograma, uma vez que esses pesquisadores coordenaram projetos de grande envergadura, demonstrado grande dinamismo e capacidade técnica e de gestão.

**Componente 2 - divulgação de informações e resultados das pesquisas:** foi lançado, em abril/2007, o Edital MCT/CNPq/PPG7 nº 03/2007, no qual foram aprovados oito projetos de divulgação científica. Tal edital apresentou um caráter inovador, sobretudo por concorrerem divulgadores científicos em propostas articuladas com os especialistas nas áreas temáticas, com prioridade aos projetos que atendessem às seguintes diretrizes gerais: a) respeito à diversidade étnica, cultural, biológica e ambiental da Amazônia; b) atendimento às peculiaridades culturais, ambientais da Região Amazônica; c) possibilidade de generalização e transposição em outras áreas que abrangem a Amazônia Legal; d) divulgação de conhecimentos e de tecnologias, visando ao fomento de atividades produtivas sustentáveis nas comunidades locais; e) integração às políticas e ações de instituições governamentais afins; f) valorização de experiências exitosas em divulgação científica; g) composição de parcerias inter e multiinstitucionais, envolvendo as

Organizações do Terceiro Setor e Instituições de Pesquisa, desde a concepção do projeto; h) respeito à propriedade intelectual dos conhecimentos produzidos pelos projetos de pesquisa, a serem divulgados no âmbito da proposta; i) intercâmbio entre os pesquisadores e divulgadores científicos, visando assegurar a fidedignidade das informações divulgadas; j) multidisciplinaridade e interdisciplinaridade da equipe participante do projeto; k) existência de financiamento de outras fontes (parcerias).

**Componente 3 - gerenciamento, monitoramento e avaliação:** esse componente abrangeu o monitoramento e a avaliação do desempenho, dos resultados e dos impactos do Subprograma, das sub-redes e dos projetos de pesquisa, apoiando eventos de integração e articulação das sub-redes de pesquisa, possibilitando a discussão e a avaliação constante e sistemática do funcionamento das sub-redes e dos projetos de pesquisa. Durante a execução do Componente 3, houve cumprimento das ações previstas para a participação da UGC/MCT e UCE/MCT nas ações de Monitoramento e Avaliação, especialmente em todas as reuniões de sub-redes e Grupos Temáticos realizadas, na utilização do SIGMA (Sistema de Informações Gerenciais) e no funcionamento das demais ações de implementação do sistema de M&A.

Com relação à execução dos recursos no exercício de 2008, cabe destacar que os recursos orçamentários da Fonte 195 eram superiores aos recursos financeiros disponíveis, por isso a execução foi de 45,70%. No que tange à Fonte 100, dos R$ 191.740,00 previstos, foram descentralizados R$ 104.347,00 ao INPA e R$ 87.393,00 ao CNPq.

### 2.3.2.6 – Ação 6717: Desenvolvimento de Pesquisas Estratégicas para os Biomas Brasileiros

**Tabela 12: Dados Gerais da Ação 6717**

| |
|---|
| **TIPO:**<br>Atividade |
| **FINALIDADE:**<br>Realizar estudos estratégicos para o desenvolvimento sustentável dos biomas brasileiros mediante a consolidação de redes horizontais não competitivas, aproveitando as vantagens comparativas das instituições de pesquisa e ensino dos diferentes biomas brasileiros, otimizando a geração e difusão de novos conhecimentos e tecnologias e a formação de recursos humanos |
| **DESCRIÇÃO:**<br>A ação buscará dar apoio direto a novos projetos considerados estratégicos para o governo, em seus diferentes níveis, e à sociedade. Será apoiada a estruturação de redes temáticas, para conservação de bens e serviços dos biomas brasileiros, com parceiros governamentais e não-governamentais, podendo ocorrer em níveis federal, estadual e municipal, com entidades do terceiro setor e empresas privadas. Os resultados dessa ação já induziram ações para o Bioma Pantanal e para o Bioma Cerrado |
| **UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS:**<br>Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240136 |
| **COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO:**<br>Maria Luiz Braz Alves – (61) 3317 8111 - **e-mail**: mluiza@mct.gov.br |
| **UNIDADE EXECUTORA:**<br>Administração Direta – 24101 |
| **ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO**<br>Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas |
| **COMPETÊNCIA INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO** |

Em 2008, esta ação apoiou a implantação da Rede COM CERRADO - rede de pesquisas científica e tecnológica visando a conservação e o uso sustentável do Cerrado. Dessa forma, os recursos orçamentários foram descentralizados para o CNPq, objetivando o levantamento da Biodiversidade do Cerrado, contemplando as seguintes etapas:

**Componente 1** – Realizar um diagnóstico sobre o estado de conhecimento da biodiversidade do Cerrado e identificação dos pesquisadores que atuam no bioma

1. Identificação de pesquisadores atuantes e de coleções científicas existentes no Cerrado
2. Avaliação do estado de conhecimento científico do bioma para diferentes grupos taxonômicos

**Componente 2** – Criar a infra-estrutura necessária para a gestão do conhecimento científico e técnico da Rede ComCerrado

1. Definição de metadados necessários para a organização das informações técnico-científicas sobre o Cerrado
2. Criação de um Portal web da Rede ComCerrado
3. Criação de um Comitê Gestor de Dados e Informações

**Componente 3** – Estabelecer as estratégias de ação e protocolos de coleta de dados para a Rede ComCerrado

1. Definição de protocolos padronizados para a coleta de dados em campo para diferentes grupos taxonômicos
2. Seleção das áreas prioritárias para a coleta de dados e monitoração da biodiversidade

**Tabela 13: Metas e resultados da Ação 6717 no exercício de 2008**

| META | PREVISÃO | EXECUÇÃO | EXECUÇÃO/PREVISÃO % |
|---|---|---|---|
| **Financeiro** | **224.312,00** | **220.000,00** | **98,08** |
| **Física** | **1** | **1** | **100,00** |

**Metas e resultados da ação**

A meta física estipulada para esta ação foi integralmente cumprida, visto que o objetivo foi o de apoiar o desenvolvimento do Projeto COM CERRADO,nos termos acima descritos.

### 2.3.2.7 – Ação 6739: Desenvolvimento de Ações Estratégicas em Biodiversidade

**Tabela 14: Dados Gerais da Ação 6739**

| |
|---|
| **TIPO:**<br>Atividade |
| **FINALIDADE:**<br>Subsidiar a implementação de ações de Ciência e Tecnologia demandadas pela Convenção sobre Biodiversidade Biológica - CDB, relacionadas, principalmente, com a implementação de dois programas de trabalho transversais da Convenção que são afetos à Política Nacional de Ciência e Tecnologia: o Programa da Iniciativa Global em Taxonomia e o Programa de Cooperação e Transferência de Tecnologia. |
| **DESCRIÇÃO:**<br>Definição de projetos e ações de desenvolvimento científico e de cooperação e transferência de tecnologias em biodiversidade decorrentes de compromissos assumidos pelo País na implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e seus protocolos específicos da área de Ciência e Tecnologia, por meio da realização de estudos, seminários e reuniões técnicas com especialistas e pesquisadores voltados ao planejamento de ações e ampliação de parcerias para a elaboração e implementação de projetos - inclusive para a captação de recursos internacionais de doação do Global *Environment Facility* (GEF), que é o fundo de apoio à implementação da CDB; apoio à participação de especialistas em reuniões e fóruns internacionais e a apoio a realização de atividades decorrentes de acordos de cooperação internacional em biodiversidade. |
| **UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS:**<br>Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240136 |
| **COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO:**<br>Maria Luiza Braz Alves – (61) 3317 8111 - **e-mail**: mluiza@mct.gov.br |
| **UNIDADE EXECUTORA:**<br>Administração Direta – 24101 |
| **ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO**<br>Coordenação Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade |
| **COMPETÊNCIA INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO** |

**Tabela 15: Metas e resultados da Ação 6739 no exercício de 2008**

| META | PREVISÃO | EXECUÇÃO | EXECUÇÃO/PREVISÃO % |
|---|---|---|---|
| Financeiro | 74.999,00 | 74.999,00 | 100,00 |
| Física | 10 | 6 | 60,00 |

A ação 6739 teve uma dotação de R$ 74.999,00 em 2008, que foram integralmente repassados ao projeto 914 BRA5065-PRODOC MTC/UNESCO, pelo qual são executadas a maioria das atividades previstas.

Os recursos da ação são utilizados para diversas finalidades, dentre as quais destacamos: a) a realização de seminários e reuniões técnicas nacionais para mobilização da comunidade científica de forma a atender as demandas da CDB e às iniciativas de cooperação nacional internacional em biodiversidade; b) a realização, tradução e publicação de estudos técnicos; c) Envio de especialistas para participar de reuniões internacionais da CDB com intuito de subsidiar

a posição da delegação oficial brasileira e d) a Contratação de serviço de consultoria técnica para elaboração de projetos e estudos. A utilização dos recursos se dá mediante o atendimento das necessidades previstas em plano de trabalho enviado pela Coordenação à UNESCO. Em 2008 os recursos da ação foram utilizados para a organização da segunda reunião do fórum de sociedades de zoologia; para a realização de mais uma reunião para articulação da criação da rede temática de biodiversidade da Mata Atlântica e para a realização de uma reunião para preparação dos termos de referência utilizados para contratação de consultores que irão trabalhar no detalhamento do sistema de informação em biodiversidade, em implementação pela Coordenação.

A execução feita pela UNESCO é bastante eficiente e permite que as diversas atividades previstas sejam desenvolvidas a contento. No ano de 2008, entretanto, a meta referente à ação não foi alcançada pelo fato da área responsável pelo gerenciamento da execução da ação ter sofrido inúmeras alterações administrativas ao longo do ano, com prejuízo para os assuntos que necessitavam de articulações institucionais por parte dos ex-coordenadores.

### 2.3.2.8 - Ação 8963: Apoio à Modernização de Acervos Biológicos (Coleções *Ex Situ*)

**Tabela 16: Dados Gerais da Ação 8963**

| |
|---|
| **TIPO:**<br>Atividade |
| **FINALIDADE:**<br>Preservar o material genético identificado por meio da manutenção, ampliação e informatização de acervos biológicos (coleções *ex situ*). |
| **DESCRIÇÃO:**<br>Apoio a atividades destinadas a criação e ampliação das coleções representativas dos principais biomas nacionais, com bons acervos e taxonomia sólida; apoio a manutenção e ampliação destas culturas; apoio as iniciativas de informatização dos acervos existentes. |
| **UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS:**<br>Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240136 |
| **COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO:**<br>Maria Luiza Braz Alves – (61) 3317 8111 - **e-mail**: mluiza@mct.gov.br |
| **UNIDADE EXECUTORA:**<br>Administração Direta – 24101 |
| **ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO:**<br>Coordenação Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade |
| **COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO:**<br>Maria Luiza Braz Alves – (61) 3317 8111 - **e-mail**: mluiza@mct.gov.br |
| **COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇAO:** |

**Tabela 17: Metas e resultados da Ação 8963 no exercício de 2008**

| META | PREVISÃO | EXECUÇÃO | EXECUÇÃO/PREVISÃO % |
|---|---|---|---|
| Financeiro | 712.453,00 | 712.453,00 | 100,00 |
| Física | 44 | 35 | 79,55 |

A ação 8963 teve uma dotação de R$ 712.453,00 em 2008, que foram integralmente repassados mediante descentralizações e repasses. Os beneficiários da ação foram o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Universidade Estadual de Feira de Santana que receberam respectivamente R$ 281.848,00, R$ 208.172,00, R$ 52.723,00 e R$ 169.710,00

Dos recursos da ação 8963 - 69% foram repassados e aplicados na região norte, nos estados do Amazonas e Pará, em institutos de pesquisa do próprio ministério, 23,6% foram repassados à Universidade Estadual de Feira de Santana. Os 7,4% restantes foram transferidos ao CNPq para aplicação em projetos financiados pelo Programa de Taxonomia, por intermédio de cursos de pós-graduação distribuídos em todo o território nacional. As descentralizações para o INPA e o MPEG foram feitas em atendimento a planos de trabalho anuais que foram enviados ao

MCT, apreciados e aprovados pelo Conselho Diretor do Programa de Pesquisa em Biodiversidade – PPBIO, com base nas diretrizes e metas estipuladas para o programa. O repasse ao CNPq visou atender à manutenção do Programa de Taxonomia, um programa apoiado por MCT, CNPq e CAPES.

Os institutos de pesquisa (INPA e MPEG) normalmente enfrentam diversos problemas que atrasam e prejudicam a execução orçamentária anual. A baixa capacidade instalada nas instituições e as dificuldades encontradas pela localização das instituições na região amazônica são agravantes. Em decorrência das dificuldades de execução orçamentária, agravadas pela recomendação da CGU de que não fossem mais utilizadas fundações de direito privado como auxílio ao gerenciamento dos projetos, a diretoria do Museu Goeldi solicitou que os recursos do plano de trabalho de 2008 do MPEG fossem enviados ao INPA, que contribuiria para o desenvolvimento das atividades do MPEG. Esse procedimento não fui suficiente para que os recursos transferidos em 2008 fossem executados de forma satisfatória, causando diversos transtornos à execução das atividades, o que justifica o fato da meta física não ter sido alcançada.

### 2.3.2.8 - Ação 8964: Apoio a Redes de Inventários da Biota

**Tabela 18: Dados Gerais da Ação 8964**

| |
|---|
| **TIPO:**<br>Atividade |
| **FINALIDADE:**<br>Implantar e manter redes de inventário, buscando utilizar e adaptar a experiência obtida pelo Estado de São Paulo, com o BIOTA-FAPESP, para outras regiões do País, e assim agilizar e otimizar a produção do conhecimento sobre a biodiversidade brasileira em nível nacional. |
| **DESCRIÇÃO:**<br>Apoio a instituição de redes de inventários da biodiversidade, que deverão trabalhar com uso de protocolos padrão que harmonizam as metodologias de trabalho e definem campos de informação essenciais, necessários e desejáveis a serem preenchidos por pesquisadores. |
| **UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS:**<br>Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240136 |
| **COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO:**<br>Maria Luiza Braz Alves – (61) 3317 8111 - **e-mail**: mluiza@mct.gov.br |
| **UNIDADE EXECUTORA:**<br>Administração Direta – 24101 |
| **ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO:**<br>Coordenação Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade |
| **COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇAO:** |

**Tabela 19: Metas e resultados da Ação 8964 no exercício de 2008**

| META | PREVISÃO | EXECUÇÃO | EXECUÇÃO/PREVISÃO % |
|---|---|---|---|
| Financeiro | 1.214.907,00 | 1.214.907,00 | 100,00 |
| Física | 3 | 7 | 233,33 |

A ação 8964 teve uma dotação de R$ 1.214.907,00 em 2008, que foram integralmente repassados mediante descentralizações e repasses. Os beneficiários da ação foram o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o Museu Paraense Emílio Goeldi, o CNPq e a Universidade Estadual de Feira de Santana, que coordena a rede de biodiversidade do semi-árido. Estas instituições receberam respectivamente R$ 417.928,00, R$ 319.538,80, R$ 161.922,00 e R$ 315.517,78.

Dos recursos da ação 8964 61% foram repassados e aplicados na região norte, nos estados do Amazonas e Pará, em institutos de pesquisa do próprio ministério, 25,68% foram repassados à Universidade Estadual de Feira de Santana. Os 13,32% restantes foram transferidos ao semi-árido para aplicação em atividades realizadas por um conjunto de 16 instituições que compõe o núcleo do semi-árido em 06 estados. As descentralizações para o INPA, MPEG e UEFS foram feitas em atendimento a planos de trabalho que foram enviados ao MCT, apreciados e aprovados pelo Conselho Diretor do Programa de Pesquisa em Biodiversidade – PPBio, com base nas diretrizes e metas estipuladas para o Programa.

Os institutos de pesquisa (INPA e MPEG) normalmente enfrentam diversos problemas que atrasam e prejudicam a execução orçamentária anual. A baixa capacidade instalada nas instituições e as dificuldades encontradas pela localização na região amazônica são agravantes. A Universidade Estadual de Feira de Santana também vem enfrentando dificuldades para execução orçamentária devido às inúmeras limitações impostas pela necessidade de obediência às leis

federais em sobreposição com as leis estaduais e com os procedimentos internos da Universidade, que tornam o processo de aquisição de bens e serviços extremamente lento.

Apesar das dificuldades de execução orçamentária enfrentadas pelos institutos/universidades não houve prejuízo ao alcance da meta física correspondente à ação. Isso se deve ao fato de que atividades desenvolvidas com recursos das ações são parcialmente executadas com auxílio do CNPq, mediante a concessão de bolsas de estudo. A implementação e pagamento das bolsas de estudo se fez de forma extremamente eficiente, possibilitando que um número maior de inventários pudesse ser realizado no período originalmente proposto.

### 2.3.2.10 – Ação 8978: Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Temáticas da Biodiversidade

**Tabela 20: Dados Gerais da Ação 8978**

| |
|---|
| **TIPO:**<br>Atividade |
| **FINALIDADE:**<br>Instituir e apoiar uma agenda unificadora de pesquisa e desenvolvimento em biodiversidade capaz de apontar estratégias e integrar competências em diversos campos do conhecimento estabelecendo propósitos comuns para redes de pesquisa formadas por pesquisadores de diferentes organizações capazes de atuar objetivamente na pesquisa voltada à identificação, caracterização, valorização e uso sustentável da biodiversidade. |
| **DESCRIÇÃO:**<br>A ação visa estruturar redes de pesquisa que venham sistematizar o conhecimento sobre componentes da biodiversidade, caracterizá-los e manejá-los de forma a permitir seu usos sustentável, desenvolver conhecimentos e pesquisa para novos usos da biodiversidade e promover a disseminação desse conhecimento para instituições capazes de realizar desenvolvimento e inovação de novos produtos e processos derivados da biodiversidade. Intensificação da atividade de pesquisa e desenvolvimento em biodiversidade por meio de uma estrutura de redes de laboratórios e institutos de pesquisas. |
| **UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS:**<br>Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED – 240136 |
| **COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO:**<br>Maria Luiza Braz Alves – (61) 3317 8111 - **e-mail**: mluiza@mct.gov.br |
| **UNIDADE EXECUTORA:**<br>Administração Direta – 24101 |
| **ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO**<br>Coordenação Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade |
| **COMPETÊNCIA INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO** |

**Tabela 21: Metas e resultados da Ação 8978 no exercício de 2008**

| META | PREVISÃO | EXECUÇÃO | EXECUÇÃO/PREVISÃO % |
|---|---|---|---|
| Financeiro | 674.944,00 | 674.944,00 | 100,00 |
| Física | 8 | 8 | 100,00 |

A ação 8978 teve uma dotação de R$ 674.944,00 em 2008, que foram integralmente repassados mediante descentralizações e repasses. Os beneficiários da ação foram o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o Museu Paraense Emílio Goeldi, o CNPq e a Universidade Estadual de Feira de Santana, que coordena a rede de biodiversidade do semi-árido. Estas instituições receberam respectivamente R$ 202.667,00, R$ 172.821,60, R$ 150.553,00 e R$ 148.902,40.

Dos recursos da ação 8978 - 56% foram repassados e aplicados na região norte, nos estados do Amazonas e Pará, em institutos de pesquisa do próprio ministério, foram repassados 22% ao CNPq. Os 22% restantes foram transferidos ao semi-árido para aplicação em atividades realizadas por um conjunto de 16 instituições que compõe o núcleo do semi-árido em 06 estados.

As descentralizações para o INPA, MPEG e UEFS foram feitas em atendimento a planos de trabalho que foram enviados ao MCT, apreciados e aprovados pelo Conselho Diretor do Programa de Pesquisa em Biodiversidade – PPBIO, com base nas diretrizes e metas estipuladas para o Programa.

### 2.3.3 – Programa 1421: Meteorologia e Mudanças Climáticas

**TIPO DE PROGRAMA:**

FINALÍSTICO

**OBJETIVO GERAL:**

Entender os mecanismos que determinam as mudanças climáticas globais e melhorar a capacidade de previsão meteorológica, climática, hidrológica e ambiental.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

O entendimento das complexas interações entre o meio ambiente (ecossistemas e recursos naturais), o clima (em sua variabilidade natural e antrópica), incluindo a alta atmosfera, e a sociedade, assim como os impactos destas interações sobre as mudanças globais, contribuirá para o desenvolvimento sustentável, com aumento da produção, redução da pobreza e dos desequilíbrios regionais e proteção do meio ambiente. O conhecimento gerado terá impactos na definição de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, possibilitará desenvolver ferramentas analíticas para o planejamento regional e expandirá as fronteiras da ciência. Essas ferramentas são importantes para se entender os óbices naturais, tecnológicos e institucionais à melhoria da qualidade de vida, à proteção dos ecossistemas e do meio ambiente. A lógica geral das ações a serem implementadas é: montar uma infra-estrutura técnica moderna para observações da Terra (ecossistemas, atmosfera, superfícies, oceanos e espaço), meio ambiente, meteorologia, clima, hidrologia e ecossistemas; estabelecer um mecanismo de integração institucional apoiado na execução descentralizada de atividades; integrar fornecedores de informação e usuários do sistema; ampliar o conhecimento técnico-científico sobre modelagem ambiental e simulação matemática de sistemas complexos ambiente-sociedade, previsões de tempo e clima, previsões hidrológica e ambiental, interação entre o oceano e a atmosfera, variabilidade climática, sustentabilidade do desenvolvimento regional, impactos de extremos ambientais e estrutura e funcionamento dos ecossistemas brasileiros. Os conhecimentos obtidos, assim como o conjunto de informações originadas de múltiplos fornecedores no País e no exterior, serão tratados de forma integrada, descentralizada e multidisciplinar, por meio de redes de computadores de grande porte, e colocados à disposição de usuários distintos - públicos e privados - para que a sua utilização e a tomada de decisões delas decorrentes sejam feitas de forma descentralizada, com máxima confiabilidade, em tempo hábil e de acesso público e gratuito. O programa aumentará a eficiência econômica nos setores de agricultura e agronegócios, energia, transportes, dentre outros. Será ainda essencial para a otimização de atividades ligadas à prevenção da poluição atmosférica e hídrica, proteção de ecossistemas, conservação de recursos naturais, e à defesa civil, reduzindo vulnerabilidades sociais e econômicas aos extremos ambientais. Trata-se, portanto, de um programa prioritário não apenas por viabilizar novos conhecimentos, como também por proporcionar melhoria da eficiência da operação do sistema econômico e da proteção da sociedade e do meio ambiente.

**GERENTE DO PROGRAMA:**

LUIZ ANTONIO BARRETO DE CASTRO

**GERENTE EXECUTIVO:**

DARLY HENRIQUES DA SILVA

**RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NA ÂMBITO DA UJ:**

**INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA:**

- Taxa de Acerto da Previsão Numérica de Tempo sobre o Brasil
- Taxa de Acerto da Tendência Climática Sazonal sobre o Brasil

**PÚBLICO ALVO:**

Comunidade Científica; tomadores de decisão governamentais; sociedade e usuários nacionais e nas áreas de relações internacionais onde dados e informações, locais, regionais e globais são importantes em saúde pública; desastres naturais e provocados pelo homem; planejamento energético; transportes; e defesa civil.

### 2.3.3.1 – Principais Ações do Programa 1421 (no âmbito da SEPED)

Em 2008, o Programa 1421 foi contemplado no Plano Plurianual – PPA com 9 (nove) ações, a SEPED coordenou 3 (três) ações, que foram executadas através das suas Coordenações Gerais.

**Tabela 22: Descrição das ações do Programa 1421 (no âmbito da SEPED)**

| Ação | Descrição da Ação |
|---|---|
| 200B | Rede de Meteorologia e Clima |
| 6126 | Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa |
| 6909 | Operacionalização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo |

### 2.3.3.2 – Ação 200B: Rede de Meteorologia e Clima

**Tabela 23: Dados Gerais da Ação 200B**

| |
|---|
| **TIPO:**<br>Atividade |
| **FINALIDADE:**<br>Organizar o sistema de meteorologia, em nível nacional, integrando os sistemas operados pelos principais órgãos de meteorologia - Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), Diretoria de Hidrografia e Navegação do Comando da Marinha (DHN), Centros Estaduais de Meteorologia -, em articulação com a Sociedade Brasileira de Meteorologia (SBMET), assegurando a coleta, tratamento, e disponibilização dos dados de previsão de tempo, clima, e da evolução hidrológica para os usuários (defesa civil, agricultura, transporte, operador nacional de energia elétrica, gestão das águas). |
| **DESCRIÇÃO:**<br>Aquisição e instalação de equipamentos de tecnologia de informação; expansão da rede de coleta automática de dados (PCDs) com inclusão de sensores de $CO^2$ na rede já instalada; reposição de sensores das variáveis meteorológicas, pluviômetros e fluviômetros nas diversas redes estaduais em funcionamento; realização de treinamentos, cursos de atualização e consultorias técnicas. |
| **UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS:**<br>Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240136 |
| **ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO:**<br>Coordenação Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia |
| **UNIDADE EXECUTORA:**<br>Administração Direta – 24101 |
| **COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO:**<br>Darly Henriques da Silva - 3317 7426 - **e-mail**: darly@mct.gov.br |
| **COMPETÊNCIA INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO** |

**Tabela 24: Metas e resultados da Ação 200B no exercício de 2008**

| META | PREVISÃO | EXECUÇÃO | EXECUÇÃO/PREVISÃO % |
|---|---|---|---|
| **Financeira** | 381.536,00 | 381.536,00 | **100,00** |
| **Física** | 9 | 9 | **100,00** |

**Metas e resultados da ação**

A Ação 200B representa a continuação das atividades iniciadas em 2005 e tem como meta contribuir para a capacitação de recursos humanos nos Estados quanto à pesquisa e desenvolvimento em meteorologia, climatologia e hidrologia. São 13 os centros estaduais beneficiados com 14 bolsas DTI (o Estado do Amapá tem 2 bolsas) para os 25 centros parceiros, porém com os recursos disponíveis apenas para atender as 13 unidades, embora a demanda dos centros restantes esteja reprimida por falta de recursos financeiros nesta ação nos últimos 2 anos. Além disso, foi realizado em 2008 um curso de qualificação de grande impacto na medida em que formou agentes multiplicadores de conhecimento por todo o Brasil, uma vez que tem como público-alvo os centros estaduais parceiros e os principais usuários, e em cooperação com a Sociedade Brasileira de Meteorologia. O curso em 2008 foi sobre um assunto atual e de interesse

estratégico para o País: “Modelagem Hidrológica Aplicadas a Sistemas de Alerta de Enchentes e Monitoramento Hidrometeorológico por Sensoriamento Remoto”, e reflete as maiores necessidades e respostas a desafios emergenciais do País nas áreas cobertas pela ação: Os resultados são o aumento da capacitação de profissionais altamente qualificados para fornecerem dados e informações confiáveis para previsão de tempo, clima e eventos meteorológicos e climáticos extremos em nível regional, nacional e também global, com maior precisão e em tempo hábil. Os resultados são expressos no aumento do índice de acerto na previsão de tempo sobre o Brasil e da previsão sazonal de clima em 2008, além da prevenção sobre catástrofes naturais provocadas por fenômenos do tempo e clima.

### 2.3.3.3 – Ação 6126: Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa

**Tabela 25: Dados Gerais da Ação 6126**

| |
|---|
| **TIPO:**<br>Atividade |
| **FINALIDADE:**<br>Disponibilizar, aos diversos segmentos do setor produtivo, estimativa de emissões de gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal. |
| **DESCRIÇÃO:**<br>Elaboração e divulgação de estimativa de emissões de gases de efeito estufa, bem como de pesquisas sobre fatores de emissão e níveis de atividade nos setores de energia, transportes, indústria, uso de solventes, mudança no uso da terra e da floresta, agropecuário e tratamento de resíduos. |
| **UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS:**<br>Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240136 |
| **COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO:**<br>José Domingos Gonzales Miguez - (61)3317-7923 - **e-mail**: miguez@mct.gov.br |
| **UNIDADE EXECUTORA:**<br>Administração Direta – 24101 |
| **ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO**:<br>Coordenação Geral de Mudanças Globais do Clima |
| **COMPETÊNCIA INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO** |

**Tabela 26: Metas e resultados da Ação 6126 no exercício de 2008**

| META | PREVISÃO | EXECUÇÃO | EXECUÇÃO/PREVISÃO % |
|---|---|---|---|
| **Financeiro** | 325.613,00 | 325.000,00 | **99,81** |
| **Física** | 1 | 1 | **100,00** |

**1. Metas Orçamentária e Financeira da Ação 6126**

No exercício de 2008, o orçamento estabelecido para esta ação foi de R$ 325.613,00 (trezentos e vinte e cinco mil, seiscentos e treze reais). Desse total, foram empenhados o montante de R$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais) correspondendo à quase 100% do que foi previsto. Os recursos empenhados e não liquidados, e pagos em 2008, deverão ser realizados no início de 2009, visto que não houve cancelamento de empenho no âmbito da presente ação e todas as atividades previstas foram devidamente realizadas.

**2. Metas físicas:**

- A meta física prevista para essa ação é de 01 (um) inventário atualizado e refere-se, especialmente, ao apoio à preparação do Segundo Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal referente ao período de 1995 a 2000. Ocorre que a atualização do inventário não é realizada em apenas um ano e sim em, pelo menos, três a quatro anos, de acordo com os tratados internacionais que disciplinam a questão e dos quais o Brasil é signatário. No caso do Segundo Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa, os trabalhos de atualização desse inventário foram iniciados em janeiro de 2006 e deverão ser integralmente concluídos em dezembro de 2009, embora o Brasil tenha prazo até 31/03/2011, de acordo com a Decisão 8/CP.11, para submeter ao Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima a

Segunda Comunicação Nacional do país, que é composta pelo inventário das emissões antrópicas por fontes e das remoções por sumidouros de todos os gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal, assim como por uma descrição geral das providências tomadas ou previstas para a implementação da Convenção no País. A maior parte dos trabalhos referentes à preparação do Segundo Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa está sendo realizada no âmbito do projeto BRA/05/G31, em execução com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Portanto, a meta física de um inventário atualizado é prevista apenas para dezembro de 2009, nos termos acordados pelo país em âmbito internacional. A aferição de atendimento dessa meta física no âmbito do PPA é feita por meio da avaliação de execução do referido inventário por meio da análise dos resultados parciais apresentados. O inventário deve ser preparado para cinco setores: energia; agropecuária; indústria e uso de solventes; uso da terra, mudança no uso da terra e florestas; e tratamento de resíduos. A avaliação realizada no final de 2008 concluiu que a maioria dos setores do referido inventário estão com seus trabalhos em andamento e em ritmo adequado. Apenas no caso do inventário de emissões no setor de uso da terra, mudança no uso da terra e florestas é que houve um atraso em decorrência de problemas com os dados do Probio[1], que seriam utilizados no âmbito desse inventário. Não foi possível utilizar, de maneira imediata, os dados gerados por esse Projeto. De qualquer forma, providências foram adotadas no sentido de corrigir tais dados e permitir a execução dos trabalhos, com término previsto para outubro de 2009. Assim, considerando o ritmo atual dos trabalhos de atualização do inventário, a meta física no âmbito do PPA foi considerada cumprida em sua totalidade, especialmente porque os recursos previstos nessa ação serviram, em 2008, para permitir a correção dos problemas apontados nos dados do Probio, a serem utilizados pelo inventário do setor de uso da terra, mudança no uso da terra e florestas.

**3. Descrição das transferências de recursos mediante Convênios, Contratos de Gestão, Termos de Parcerias, Descentralizações:**

- Termo aditivo ao Convênio entre o MCT e a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais - FUNCATE para desenvolvimento da parte I do inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa no setor de mudança no uso da terra e florestas e realização de pesquisas nesse setor, especialmente, para correção dos dados do Probio que, no estado em que foram apresentados, impediram a plena execução em 2008 do plano de trabalho desse convênio. A parte II desse inventário está em desenvolvimento no âmbito do projeto PNUD BRA/05/G31, em execução.
- As despesas vinculadas a essa ação em 2008, portanto, foram classificadas dentro do seguinte elemento de despesa: 33.50.

**4. Fontes de financiamento**:

- Os recursos previstos na ação 6126 são integralmente financiados pelo Orçamento da União, embora a execução da meta física dessa ação dependa da consecução de outros estudos em andamento no âmbito do projeto PNUD BRA/05/G31, financiado com recursos do *Global Environment Facility (GEF)*, que é a entidade financeira da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Os recursos disponibilizados pela ação 6126, ainda que limitados, são fundamentais à conclusão do segundo inventário brasileiro de emissões de gases de efeito estufa, visto que tais recursos servem para complementar o orçamento disponibilizado pelo GEF no âmbito da Convenção sobre Mudança do Clima e também é

[1] Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira, sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

apresentado como contrapartida do Governo Brasileiro ao financiamento concedido, a fundo perdido, por aquele Organismo.

**5. Grau de adequação dos valores dos gastos a parâmetros competitivos de mercado**:

- Os recursos previstos na ação 6126 para o exercício de 2008 foram integralmente aplicados no termo aditivo celebrado ao convênio firmado entre o MCT e a Funcate para desenvolvimento da parte I do inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa no setor de mudança no uso da terra e florestas, especialmente, para correção dos dados do Probio, que impediram a plena execução em 2008 do plano de trabalho desse convênio. Quando da celebração desse convênio, a pedido da Consultoria Jurídica do MCT, foi feito um levantamento das despesas previstas no plano de aplicação e a sua correspondência com os preços aplicados no mercado. A partir desse levantamento, foi comprovado que os valores orçados pela Funcate, especialmente para os trabalhos de consultoria, estavam abaixo dos valores praticados no mercado, considerando a remuneração por hora para cada profissional alocado ao projeto. Os documentos comprobatórios desse levantamento constam no processo n.º 01200.005432/2006-17, que originou esse instrumento de convênio. Assim, considera-se que o grau de adequação dos valores gastos em relação aos parâmetros do mercado são considerados satisfatórios.

**6. Recursos materiais e humanos utilizados na execução da ação**:

- Os recursos materiais disponibilizados à execução da ação 6126 incluiu toda a infra-estrutura física disponível na Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima da SEPED, bem como todos os materiais necessários ao acompanhamento dos trabalhos dessa ação. A execução propriamente dita dos trabalhos ficou a cargo da Funcate e foi realizada no âmbito do convênio firmado entre o MCT e aquela Fundação.
- Quanto aos recursos humanos, a Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima possui um escritório no Rio de Janeiro, composto de três servidores públicos temporários, que atuam diretamente no acompanhamento e análise dos trabalhos realizados para consecução do segundo inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa. Tais profissionais emitiram diversas notas técnicas em relação aos resultados parciais apresentados no âmbito dessa ação, bem como realizaram reuniões técnicas de monitoramento dos trabalhos realizados, o que foi fundamental para identificar os problemas porventura existentes e determinar as providências necessárias a sua correção, como por exemplo, a necessidade do aditivo ao convênio MCT/Funcate, firmado em 2008 no âmbito dessa ação.

**7. Problemas na execução da ação 6126**:

- Como a meta prevista de elaboração do segundo inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa não será atingida apenas com a execução dos trabalhos contratados diretamente no âmbito dessa ação, uma vez que a mesma tem a função de complementar os trabalhos realizados no âmbito do projeto PNUD BRA/05/G31 visando a elaboração desse inventário, há necessidade de avaliarmos os problemas para obtenção da meta como um todo, que são:
  a) atraso no cumprimento dos prazos por parte dos principais estudos setoriais do inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa, contratados no âmbito do PNUD projeto BRA/05/G31. **Providência adotada**: prorrogação das cartas de acordo desses estudos até outubro de 2009, quando espera-se que todos os resultados já tenham sido apresentados. Tal providência possibilitou que a meta prevista fosse atingida, uma vez que os principais resultados parciais previstos para 2008 foram apresentados;
  b) problemas específicos com o inventário setorial de uso da terra, mudança no uso da terra e florestas em relação às inconsistências nos dados do Probio, que seriam utilizados para elaboração do referido inventário. **Providência adotada**: termo aditivo celebrado ao

convênio MCT/Funcate, de forma a possibilitar o aporte de recursos adicionais necessários para que aquela Fundação pudesse proceder às correções das inconsistências identificadas.

**8. Implementação:**

As principais atividades previstas para a ação 6126 em 2008 estavam relacionadas à continuidade dos trabalhos de elaboração dos relatórios de referência que deverão subsidiar a preparação do Segundo Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa nos setores de energia; indústria e uso de solventes; agropecuária; uso da terra, mudança no uso da terra e florestas; e tratamento de resíduos. Assim como ocorreu em 2006 e 2007, desses setores, apenas o de uso da terra, mudança no uso da terra e florestas recebeu recursos da ação 6126 em 2008 repassados por meio de termo aditivo ao convênio firmado entre o MCT e a FUNCATE visando gerar uma base de dados com o uso e cobertura vegetal do ano de 2002, cobrindo integralmente todos os biomas brasileiros, utilizando imagens de satélite de media resolução, com o objetivo de determinar a contribuição das mudanças de cobertura vegetal e uso da terra na Emissão de Gases do Efeito Estufa, para o período de 1994 a 2000. O referido aditivo foi fundamental para que a Funcate pudesse iniciar os trabalhos de correção das inconsistências identificadas nos dados do Probio, que estão sendo utilizados para a consecução desse inventário setorial. Esse estudo em andamento no âmbito da Funcate subsidiará a elaboração do Segundo Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa para o setor, que está em desenvolvimento no âmbito do projeto PNUD BRA/05/G31.

Os demais setores foram financiados integralmente pelo *GEF – Global Enviroment Facility* por meio do projeto BRA/05/G31 e, apesar dos atrasos no cumprimento dos planos de trabalhos, após a readequação desses planos realizada em 2008, tais estudos encontram-se em ritmo adequado de execução.

**9. Principais resultados:**

- Oficialização do apoio do Ministério de Minas e Energia (MME) aos trabalhos necessários à consecução do inventário setorial de energia por meio da contratação de consultorias para executar os estudos pendentes desse inventário;
- Apresentação de resultados parciais de execução do relatório de referência do setor de energia para o segundo inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa;
- Apresentação de resultados parciais de execução do relatório de referência do setor de agricultura para o segundo inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa;
- Apresentação de resultados parciais de execução do relatório de referência do setor de indústria e uso de solventes para o segundo inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa;
- Apresentação de resultados parciais de execução do relatório de referência do setor de tratamento de resíduos para o segundo inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa;
- Implantação da Rede Nacional de Inventário de GEE do Setor de Resíduos e Efluentes;
- Apresentação de resultados parciais e do *draft* do relatório final setor de energia: carvão mineral para o segundo inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa;
- Atualização e manutenção do sítio "O Brasil e a Convenção sobre Mudança do Clima". O sítio sobre mudança do clima é disponibilizado em quatro idiomas (português, inglês, espanhol e francês) e, pela qualidade das informações disponibilizadas e por ser o maior sítio temático dentro do portal do MCT, é também um dos mais acessados no âmbito desse portal. Esse resultado é comum à ação 6909.

### 2.3.3.4 – Ação 6909: Operacionalização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

**Tabela 27: Dados Gerais da Ação 6909**

| |
|---|
| **TIPO:**<br>Atividade |
| **FINALIDADE:**<br>a) Avaliar projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que resultem em reduções de emissões nos setores de energia, indústria, uso de solventes, agropecuária, mudança no uso da terra e florestas e tratamento de resíduos e em seqüestro de carbono por reflorestamento ou estabelecimento de novas florestas; b) Preparar estudos visando subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Mudanças Climáticas que defina estratégias para a redução das emissões de gases de efeito estufa por meio da implementação de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL); c) Aprimorar a regulamentação nacional referente à implementação de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL); d) Capacitar instituições e especialistas para atuação na área do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e em certificação dos projetos de MDL; e) Realizar visitas técnicas aos projetos aprovados no âmbito da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima; e f) Ampliar a conscientização pública sobre mudança do clima e, em especial, sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. |
| **DESCRIÇÃO:**<br>Avaliação, quanto à contribuição para o desenvolvimento sustentável, de projetos submetidos à apreciação da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, no âmbito do MDL do Protocolo de Quioto; Elaboração, de acordo com a necessidade apurada, de novas resoluções, bem como revisão das atualmente em vigor tendo em vista tornar o processo de implementação de projetos MDL no Brasil transparente e ágil; Participação e promoção de cursos, palestras, apresentações e reuniões, bem como elaboração de material informativo sobre o MDL visando a capacitação de instituições e especialistas para atuação nessa área; Estabelecimento de sistema de acompanhamento dos projetos MDL aprovados no âmbito da CIMGC para visita técnica, aleatória e por sorteio, de determinados projetos aprovados pela CIMGC; Ampliação do portal de mudança do clima no MCT, especialmente, na parte referente ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Além disso, prevê-se, ainda, no âmbito dessa ação, a definição de termos de referência e planos de trabalho e o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas, bem como contratações para realização de estudos técnicos visando subsidiar a preparação do Plano Nacional de Mudanças Climáticas a ser elaborado pelo Governo. |
| **UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS:**<br>Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240136 |
| **COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO:**<br>José Domingos Gonzales Miguez - (61)3317-7923 - **e-mail**: miguez@mct.gov.br |
| **UNIDADE EXECUTORA:**<br>Administração Direta – 24101 |
| **ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO:**<br>Coordenação Geral de Mudanças Globais do Clima |
| **COMPETÊNCIA INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO** |

**Tabela 28: Metas e resultados da Ação 6909 no exercício de 2008**

| META | PREVISÃO | EXECUÇÃO | EXECUÇÃO/PREVISÃO % |
|---|---|---|---|
| **Financeiro** | 342.041,00 | 342.041,00 | **100,00** |
| **Física** | 80 | 75 | **93,75** |

**Metas e resultados da ação:**

**1. Metas Orçamentária e Financeira da Ação 6126**

No exercício de 2008, o orçamento estabelecido para esta ação foi de R$ 342.041,00 (trezentos e quarenta e dois mil e quarenta e um reais). Desse total, foram empenhados e executados o montante de R$ 342.041,00 (trezentos e quarenta e dois mil e quarenta e um reais) correspondendo à 100%.

**2. Metas físicas:**

A meta física prevista para essa ação é de 80 (oitenta) pareceres emitidos referentes à avaliação de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto. Em 2008, essa meta física foi superada com a emissão, apurada em 31/12/2008, de 112 (cento e doze) pareceres/Ofícios. O sucesso no cumprimento das metas físicas dessa ação se deve, especialmente, ao fato dos recursos terem sido liberados dentro do cronograma previsto, não gerando nenhum atraso ou dificuldade na implementação desta ação.

**3. Descrição das transferências de recursos mediante Convênios, Contratos de Gestão, Termos de Parcerias, Descentralizações:**

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Parcela de 2008 no valor de R$ 342.041,00 (trezentos e quarenta e dois mil e quarenta e um reais) prevista no documento de projeto BRA/07/002 celebrado entre o MCT, o PNUD e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores - ABC/MRE visando a modernização institucional da Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, de forma a possibilitar que o Brasil continue a desempenhar um papel de destaque no cenário internacional quanto à implementação de projetos no âmbito do MDL. Os objetivos específicos previstos nesse documento de projeto, além de estarem em perfeita harmonia e conformidade com as metas da ação 6909, permitirão o cumprimento dessas metas e o avanço do Brasil no que se refere à propiciar um ambiente favorável à implementação de projeto MDL no país.

**4. Fontes de financiamento**:

- Os recursos previstos na ação 6909 são integralmente financiados pelo Orçamento da União e executados no âmbito do projeto PNUD BRA/07/002. Esses recursos são insuficientes aos trabalhos de operacionalização do MDL no Brasil e, nesse sentido, foi proposta uma ação transversal no âmbito dos fundos setoriais para apoiar operacionalização do MDL a partir de 2009.

**5. Grau de adequação dos valores dos gastos a parâmetros competitivos de mercado**:

- Os recursos previstos na ação 6909 para o exercício de 2008 foram integralmente aplicados no projeto PNUD BRA/07/002. A execução de projetos de cooperação internacional no âmbito do Governo Federal é disciplinada pelo Decreto n.º 5151/2004 e acompanhada pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE). Tal Agência, quando da aprovação do documento de projeto e do orçamento correspondente, realiza uma análise criteriosa da proposta de projeto submetida, o que inclui a avaliação do orçamento. Posteriormente, durante a execução, que fica a cargo de um Organismo Internacional, no caso, o PNUD, são seguidas todas as normas de cooperação internacional, que inclui a realização de licitações para aquisição de bens e serviços superiores a US$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos dólares), momento em que a própria competitividade do mercado gera a adequação dos valores a serem gastos.

**6. Recursos materiais e humanos utilizados na execução da ação**:

- Os recursos materiais disponibilizados à execução da ação 6909 incluiu toda a infra-estrutura física disponível na Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima da SEPED, bem como todos os materiais necessários ao acompanhamento dos trabalhos dessa ação. A execução propriamente dita dos trabalhos fica a cargo do PNUD, que disponibiliza toda a infra-estrutura do seu escritório no Brasil para apoiar as atividades do projeto.
- Quanto aos recursos humanos, a Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima possui uma equipe que trabalha diretamente com os projetos MDL e com a consecução dos resultados previstos na parceria firmada com o PNUD. Tais profissionais atuam em estreita parceria com consultores disponibilizados pelo PNUD, conforme previsto no documento de projeto firmado, o que permitiu que a meta prevista para essa ação em 2008 fosse superada.

**7. Problemas na execução da ação 6909**:

- O principal problema em relação a execução dessa ação é:
  a) insuficiência de recursos financeiros para realização de todos os trabalhos necessários à operacionalização do MDL no Brasil. Com os recursos disponíveis, foi priorizada a avaliação dos projetos MDL de forma a possibilitar o cumprimento da meta prevista para essa ação, o que tem sido feito com sucesso. Contudo, sabemos que a execução dessa ação não se limita à avaliação de projetos no âmbito do MDL, havendo necessidade de atuação em outras atividades o que não é realizado pela falta de recursos. **Providência adotada**: elaboração de proposta de ação transversal a ser financiada pelos fundos setoriais para reforçar o orçamento necessário à operacionalização do MDL no Brasil.

**8. Implementação:**

A principal atividade prevista e desenvolvida no âmbito dessa ação em 2008 refere-se à implementação dos objetivos e resultados previstos no documento de projeto BRA/07/002. O documento de projeto em questão foi gerado a partir de uma parceria firmada em 22/12/2006 entre o MCT, o PNUD e a ABC/MRE, e prevê o desenvolvimento de quatro objetivos específicos, a saber:

- Estabelecimento operacional do painel de especialistas para avaliação técnica quanto à contribuição ao desenvolvimento sustentável dos projetos MDL submetidos à CIMGC. O processo de análise de projetos submetidos à Comissão Interministerial é um ponto de suma importância, pois a qualidade dos projetos brasileiros, bem como a agilidade da Comissão na emissão das cartas de aprovação como Autoridade Nacional Designada dependem desse processo de análise de projetos. No sentido de fortalecer esse processo e atender a demanda crescente de análise de projetos, será estabelecido um painel de especialistas, divididos por setor, que deverão emitir pareceres sobre cada projeto submetido. Assim, cada especialista poderá dar sua parcela de contribuição no setor de sua respectiva competência, com uma análise técnica aprofundada sobre o projeto a ele encaminhado;
- Estabelecimento de um mecanismo de consulta jurídica para a CIMCG . Além da parte de análise técnica acima mencionada, há, ainda, uma demanda crescente em relação à parte jurídica que envolve o MDL e as decisões e posicionamentos da Comissão Interministerial, na qualidade de Autoridade Nacional Designada. Nesse sentido, foi criado também um mecanismo de consulta jurídica que é acionado sempre que há questionamentos dessa natureza no âmbito da Comissão. Por se tratar de um tema bastante técnico, específico e inovador e cujo entendimento, mesmo que jurídico, requer conhecimento técnico e das negociações internacionais que envolvem o MDL, é preciso fomentar a pesquisa jurídica no país sobre esse tema, bem como produzir pareceres, notas e outros instrumentos jurídicos que sirvam de subsídio aos trabalhos da Comissão Interministerial;

- Desenvolvimento de programas de capacitação gerencial em relação ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Outra questão igualmente importante refere-se à produção e divulgação de material informativo sobre o funcionamento do MDL. Projetos já vêm sendo implantados e aprovados, mas devido à complexidade das modalidades e os procedimentos para o mecanismo de desenvolvimento limpo, há necessidade de melhor compreensão das decisões do Conselho Executivo desse mecanismo e do seu Painel de Metodologias, bem como necessidade de ampla divulgação das normas estabelecidas pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, o que pode ser feito de forma bastante didática com a preparação e divulgação de material na Internet, guias e cartilhas explicativas sobre o MDL;
- Implementação de um programa de certificação para apoiar o credenciamento de instituições brasileiras como Entidades Operacionais Designadas do MDL. Para que o Brasil possa manter o papel de destaque em relação ao MDL é preciso reduzir os custos transacionais e aumentar a capacitação no país sobre temas relacionados à mudança do clima e ao Protocolo de Quioto, o que pode ser feito, além das ações acima, com a implementação de um programa de certificação para apoiar o credenciamento de instituições brasileiras como Entidades Operacionais Designadas do MDL, possibilitando, inclusive, uma melhor compreensão das circunstâncias nacionais na análise de projetos por parte das Entidades Operacionais genuinamente brasileiras. A estratégia de implementação desse objetivo consiste na identificação das instituições interessadas e com capacidade para credenciamento como Entidades Operacionais Designadas para que, a partir daí, possam ser realizados seminários e/ou cursos ministrados por representantes que compõem o Conselho Executivo do MDL, órgão que supervisiona o funcionamento do MDL em âmbito internacional.

Todos esses objetivos estão em ritmo adequado de desenvolvimento, conforme relatório de progresso emitido em 2008 e enviado à ABC/MRE, ao PNUD e à CGU.

**9. Principais resultados:**

Os principais resultados alcançados em 2008 no âmbito da ação de Operacionalização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo foram:

- O Brasil tem-se destacado como um dos países mais organizados e estruturados no que tange à implementação de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, estando, em 06/02/2009, em terceiro lugar quanto ao número de projetos em desenvolvimento, com um total de 346 projetos em processo de validação e registrados, o que representa 8% do total de projetos no mundo e uma redução durante o primeiro período de obtenção de crédito de 330 milhões de tCO2e.
- Realização, em 2008, de 08 reuniões da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, o que supera a previsão legal constante no art. 4º do Regimento Interno dessa Comissão, que é de uma reunião a cada 60 dias e, portanto, 06 reuniões anuais;
- Avaliação, pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, de 28 projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto até dezembro de 2008, dos quais 25 foram aprovados, o que representa 89% do total avaliado. Embora tenham sido avaliados um número menor de projetos em 2008 em relação à 2007, foram produzidos um número maior de pareceres pois, a partir de 2008, foram inseridos nessa contabilização os Ofícios enviados em 2008 referentes às análises dos projetos avaliados;
- Emissão de 112 pareceres técnicos e/ou ofícios para subsidiar os trabalhos de avaliação de projetos realizados pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, o que possibilitou a aprovação, em 2008, de 25 projetos;
- Publicação da Resolução n.º 07 da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, que altera as resoluções nº 1, nº 2, nº 3 e nº 4 desta mesma Comissão em relação aos convites de comentários enviados pelos proponentes do projeto aos agentes envolvidos, interessados

e/ou afetados pelas atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e dá outras providências;

- Publicação da Resolução n.º 08 da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, que adota, para fins de atividade de projeto de MDL, um único sistema como definição de sistema elétrico do projeto no Sistema Interligado Nacional;
- Publicação mensal do status das atividades de projetos MDL no Brasil e no mundo referentes ao período de janeiro a setembro de 2008, bem como organização de informações para subsidiar as atividades desenvolvidas no âmbito da Secretaria Executiva da Comissão, em especial, a análise documental de projetos submetidos à Comissão Interministerial;
- Finalização do processo visando a implantação da parte II do Painel de Especialistas em MDL;
- Apresentação do *draft* da versão final do Guia de Orientação sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo visando atender à demanda de informações, claras e oficiais, para interessados em desenvolvimento de atividades de projetos que se enquadrem nas regras e procedimentos do MDL, incorporando as revisões, ampliações e novas regulamentações desde a COP-8, de Nova Deli, as resoluções da Comissão Interministerial de Mudança Global de Clima e as deliberações do Conselho Executivo do MDL, até 31 de julho de 2007;
- Ampliação dos componentes MDL e Comissão Interministerial no sítio de mudança do clima da *home page* do MCT, incluindo a preparação e disponibilização de documentos, banco de dados e outros instrumentos que auxiliem os trabalhos relacionados aos projetos MDL, bem como a diagramação de relatórios técnicos para ampliação dos demais componentes do sítio;
- Implantação do painel de consultas jurídicas para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima;
- Desenvolvimento dos trabalhos de implantação do Sistema de Gerenciamento de Projetos MDL da Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, com cerca de 50% concluído em 2008;
- Realização do Workshop sobre Credenciamento de Entidades Operacionais Designadas – EOD, no dia 28 de outubro de 2008, em São Paulo - SP.

## 2.3.4 PROGRAMA 1388: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR (PITCE)

**Objetivos:**

O programa 1388 - Ciência e Tecnologia e Inovação para PITCE), tem como objetivo viabilizar um novo patamar de relacionamento público privado e uma nova institucionalidade do sistema nacional de C, T&I, visando acelerar o processo de capacitação de recursos humanos e de modernização tecnológica da indústria nacional, criar e consolidar nichos de mercado para produtos e processos brasileiros baseados em novas tecnologias e nortear a pesquisa básica com problemas originários de demandas concretas por novos conhecimentos.

**Dados Gerais do Programa 1388:**

| |
|---|
| **TIPO DE PROGRAMA:**<br>FINALÍSTICO |
| **OBJETIVO GERAL:**<br>Desenvolver e difundir soluções e inovações tecnológicas voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional. |
| **GERENTE DO PROGRAMA:**<br>LUIZ ANTONIO RODRIGUES ELIAS |
| **GERENTE EXECUTIVO:**<br>NÃO CADASTRADO |
| **INDICADORES:**<br>**Não se aplica no âmbito da SEPED (será detalhado por outra Secretaria do MCT)** |
| **PÚBLICO ALVO:**<br>Empresas em geral e, em especial, as de nanotecnologia e biotecnologia; de química; de materiais; de eletrônica; de energias renováveis; de software; de fármacos; de semicondutores e microeletrônica; prestadoras de serviços tecnológicos; de consultoria tecnológica, atuantes em pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos em áreas de fronteira tecnológica; laboratórios nacionais; e comunidade científica e tecnológica. |

### 2.3.4.1 – Principais Ações do Programa 1388 (no âmbito da SEPED)

Para o exercício de 2008, o Programa 1388, foi contemplado com 50 (cinqüenta) ações no Plano Plurianual – PPA, porém, somente 3 (três) ações finalisticas e parte da ação 2272 (Gestão Administrativa do Programa, conforme PTRES 004751 – PI 001) deste programa, foram executadas através das Coordenações Gerais da SEPED:

**Tabela 30: Descrição das ações do Programa 1388 (no âmbito da SEPED)**

| Ação | Descrição da Ação |
|---|---|
| 2272 | Gestão e Administração do Programa (**parte da ação PTRES 004751 – PI 001**) |
| 4940 | Apoio a Redes e Laboratórios de Nanotecnologia |
| 4942 | Apoio a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biotecnologia |
| 8655 | Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento em Micro e Nanotecnologia |

### 2.3.4.2 - Ação 2272: Gestão e Administração do Programa 1388 - PTRES 004751 – PI 001

**Tabela 31: Dados Gerais da Ação 2272 (PTRES 004751 – PI 001)**

| |
|---|
| **TIPO:**<br>Atividade |
| **FINALIDADE:**<br>Constituir um centro de custos administrativo dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa. |
| **DESCRIÇÃO:**<br>Os recursos dessa ação foram disponibilizados para diversas Secretarias. Para um melhor controle de gasto, foi estabelecido através do PTRES 004751 um **Plano Interno**, cabendo a SEPED o **PI 001**. O limite de empenho oferecido a esse PI, foi exclusivamente executado no pagamento de passagens, diárias e locomoção de servidores e colaboradores eventuais para participarem de eventos e reuniões importantes e necessárias à execução das atividades da SEPED. |
| **UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS:**<br>Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240136 |
| **COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO:**<br>Fernando André Pereira das Neves – (61) 3317-7613 - **e-mail**: fandre@mct.gov.br |
| **UNIDADE EXECUTORA:**<br>Administração Direta – 24101 |
| **ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO:**<br>Coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa - CGAA |
| **COMPETÊNCIA INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO** |

**Resultados:**

Os recursos dessa ação foram disponibilizados para diversas Secretarias. Para um melhor controle de gasto, foi estabelecido através do PTRES 004751 um **Plano Interno**, cabendo a SEPED o **PI 001**. O limite de Empenho oferecido a esse PI, foi exclusivamente executado no pagamento de passagens, diárias e locomoção de servidores e colaboradores eventuais para participarem de eventos e reuniões importantes e necessárias à execução das atividades da SEPED.

No exercício de 2008, foi autorizado em Lei, para esse Plano Interno, dotação no valor de R$ 724.545,00 (setecentos e vinte e quatro mil quinhentos e quarenta e cinco mil reais).

As despesas empenhadas/liquidadas no exercício foram da ordem de R$ 657.748,92 (seiscentos e cinqüenta e sete mil setecentos e quarenta e oito reais e noventa e dois centavos), correspondendo a 90,80%, da ação.

**Tabela 32: Metas e resultados da Ação 2272 (PTRES 004751 – PI 001)**

| META | PREVISÃO | EXECUÇÃO | EXECUÇÃO/PREVISÃO % |
|---|---|---|---|
| **Financeiro** | 724.545,00 | 657.748,92 | **90,80** |
| **Física** | Não se aplica | Não se aplica | **Não se aplica** |

**Metas físicas: Não se aplica**

**Produto: Não se aplica**

### 2.3.4.3 – Ação 4942: Apoio a Pesquisa e Desenvolvimento de Biotecnologia

**Tabela 33: Dados Gerais da Ação 4942**

| |
|---|
| **TIPO:**<br>Atividade |
| **FINALIDADE:**<br>Incentivar o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos de aplicação da Biotecnologia, saúde humana e animal, meio ambiente e industrial, em sintonia com a política de desenvolvimento da Biotecnologia |
| **DESCRIÇÃO:**<br>Serão apoiados Projetos que contribuam para a ampliação da base de inovação, para tomar a biotecnologia mais competitiva e /ou gerar produtos, processos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira. O conhecimento obtido com os estudos genômicos, proteômicos, transcriptômicos, metabolômicos e interatômicos possibilitará o mapeamento dos caminhos metabólicos celulares e a identificação de novos alvos farmacológicos, novas moléculas bioativas e marcadores biológicos para a utilização em diagnóstico clínico, certificação de qualidade, e rastreabilidade de produtos. A expectativa é que os conhecimentos a serem gerados, por meio deste investimento, possam ter um grande campo de aplicações, tais como: i) identificação de alvos terapêuticos moleculares para o desenvolvimento de fármacos, vacinas, e métodos diagnósticos em biomedicina; ii) entendimento sobre os mecanismos de associação entre diferentes organismos como por exemplo: a relação parasita-hospedeiro permitindo a compreensão de doenças acometidas pelo homem, ou por animais e vegetais de interesse da agropecuária; associações benéficas como microrganismos-plantas de interesse para a agricultura; iii) busca de produtos naturais bioativos com potencialidade em aplicações medicinais ou biotecnológicas, como secreções e venenos na biodiversidade brasileira; e iv) melhoramento genético de plantas. |
| **UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS:**<br>Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240136 |
| **COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO:**<br>Luiz Antonio Barreto de Castro - 3317 8015 - **e-mail:** lbarreto@mct.gov.br |
| **UNIDADE EXECUTORA:**<br>Administração Direta – 24101 |
| **ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO:**<br>Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde |
| **COMPETÊNCIA INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO** |

**Tabela 34: Metas e resultados da Ação 4942**

| META | PREVISÃO | EXECUÇÃO | EXECUÇÃO/PREVISÃO % |
|---|---|---|---|
| **Financeiro** | **3.607.534,00** | **3.607.534,00** | **100,00** |
| **Física** | **3** | **3** | **100,00** |

**Resultados:**

Os recursos desta ação foram concedidos às pesquisas realizadas no âmbito do Programa Renorbio e do Centro Brasileiro Argentino de Biotecnologia - CBAB, visando-se a geração de conhecimentos tais como o entendimento sobre os mecanismos biológicos para a aplicação biotecnológica; melhoramento genético de plantas por meio da minupulação de caraterísticas desejáveis; desenvolvimento de testes diagnósticos de doenças em plantas e em animais; outras aplicações.

O Programa Rede Nordeste de Biotecnologia - Renorbio visa acelerar o desenvolvimento socioeconômico da região e a melhoria da qualidade de vida de sua população por meio de estudos biotecnológicos voltados para a superação de problemas existentes na região semi-árida do país. O recurso concedido foi descentralizado para a UFC com a finalidade de permitir que o Núcleo de Pós-Graduação do Renorbio desenvolva projetos de P&D&I em redes de pesquisas na região Nordeste. Destes projetos espera-se gerar bioprodutos e/ou bioprocessos destinados a: *i)* indústria de alimentos, utilizando-se frutos e crustáceos do nordeste; *ii)* indústria farmacêutica com o estudo de plantas medicinais da região; iii) agropecuária com a reprodução de animais como caprinos, bovinos, suínos e peixes; *iv)* sanidade animal e vegetal; *v)* melhoramento genético animal e vegetal; *vi)* identificação de agentes profiláticos de doenças como câncer (biomarcadores), dengue, raiva, leishmaniose, entre outras; e *vii)* testes diagnósticos. No âmbito deste programa, ressalta-se, ainda, a implantação de núcleos de gestão para propriedade intelectual.

Por outro lado, o CBAB, que se constitui em uma das atividades desenvolvidas no âmbito da Ata de Integração entre o Brasil e a Argentina, trata de promover o avanço científico e tecnológico nos dois países, com foco na geração de produtos, processos e serviços biotecnológicos, também associados à formação de recursos humanos. Assim, no sentido de permitir a continuidade desse Centro, que tem sido citado como exemplo de cooperação bilateral em ciência e tecnologia nesses quase 23 anos de atuação, parte dos recursos da Ação 4942, foi descentralizada para o CNPq para o pagamento de projetos de pesquisa e desenvolvimento biotecnológicos pré-competitivos para formar uma base de recursos, tecnologias e conhecimentos úteis ao desenvolvimento de produtos, processos e serviços de interesse econômico-social, nas áreas priorizadas pela PDB.

No sentido de apoiar a política de acompanhamento e avaliação de programas implementados pelo MCT, também, foram descentralizados recursos desta ação para a UNESCO viabilizar a infra-estrutura logística do Workshop para Avaliação do Programa Genoprot, realizado em dezembro de 2008. Este programa representa o avanço do conhecimento no campo genômica e proteômica associando grupos de pesquisa multidisciplinares em torno de temas relevantes para o país, com vistas à obtenção de produtos ou processos com potencial de aplicação biotecnológica. Após a apresentação dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos, verificou-se a eficácia do programa em relação tanto à integração de pesquisadores das diversas regiões do país, como ao fortalecimento e expansão da competência neste tema, contribuindo de forma significativa para a formação de recursos humanos e aumento do número de publicações brasileiras no ranking mundial.

Com relação aos procedimentos administrativos da área financeira, ressalta-se, ainda, que esta ação não sofreu restrições orçamentárias recebendo o aporte de recursos aprovados em Lei, no valor de R$ 3.607.534,00 (três milhões, seiscentos e sete mil, quinhentos e trinta e quatro reais), os quais foram executados em sua totalidade. Vide Demonstrativos de Execução Física/Financeira.

**Descentralização dos recursos:**

**Do orçamento desta ação, foram descentralizados:**

- R$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil) para a Universidade federal do Ceará - UFC destinados às atividades do RENORBIO, conforme descrito acima.
- R$ 782.797,34 (setecentos e oitenta e dois mil, setecentos e noventa e sete reais, e trinta e quatro centavos) para o CNPq apoiar os projetos aprovados no âmbito do Edital MCT/CNPq/CBAB Nº 41/2008, lançado no valor total de R$1,8 milhões.
- R$ 70.000,00 para a UNESCO viabilizar a logística do Workshop para Avaliação do Programa Genoprot,

**Informações adicionais sobre a dotação orçamentária para a área de Biotecnologia:**

Vale salientar que os recursos destinados à biotecnologia pelo Governo Federal na ação 4942, foi da ordem de R$ 3.607.534,00 (três milhões, seiscentos e sete mil, quinhentos e trinta e quatro reais), que somados aos R$ 33.128.831,00 (trinta e três milhões, cento e vinte e oito mil, oitocentos e trinta e hum reais - Valor Aprovado em Lei), do Fundo Setorial de Biotecnologia, atingiram a cifra de R$ 36.736.365,00 (trinta e seis milhões setecentos e trinta e seis mil trezentos e sessenta e cinco reais), Adicionaram-se ainda a este montante os recursos dos Fundos Setoriais de Saúde e do Agronegócio entre outros, por meio de ações transversais. A aplicação desses recursos contribuíram para a implementação da Política de Inovação Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE e a política de Desenvolvimento Produtivo - PDP, permitindo desta forma, o desenvolvimento de diversas pesquisas focadas na superação de problemas relacionados à saúde humana, expansão do agronegócio, e de gargalos que impedem o desenvolvimento da biotecnologia no País. Na área de biotecnologia aplicada à saúde humana, destaca-se ainda, os recursos provenientes do Ministério de Saúde que potencializam a implementação de iniciativas neste tema.

**Outros aspectos relevantes sem a participação direta de recursos orçamentários:**

**1. Comitê Interministerial do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CI-CBA)**

O CI-CBA,no qual a CGBS tem assento como suplente do MCT, foi instituído por meio de Decreto Presidencial de 4 de janeiro de 2008, com vistas a coordenar a implementação do projeto Centro de Biotecnologia da Amazônia.

Dentre as suas atribuições, vale ressaltar que cabe ao CI-CBA deliberar sobre o plano estratégico do CBA, estabelecendo diretrizes e prioridades, incluindo-as no plano plurianual 2008/2011, bem como monitorar a execução das ações desenvolvidas pelo CBA, constantes de seu plano de trabalho, determinando as eventuais correções necessárias.

Por força da necessidade de definição do modelo de gestão e da análise do plano estratégico do CBA, intensas atividades para este fim estiveram em curso em 2008, dentre elas vale destacar a reunião de 01.09.2008, quando abordou-se a necessidade de prover recursos para o CBA em 2009, e a necessidade de um modelo ágil de gestão que permitisse ao Centro uma relação direta com empresas demandantes de pesquisas. Naquele momento, houve o indicativo de criação de uma Empresa de Propósito Específico (EPE) com participação minoritária do Estado, previsto na Lei de Inovação (10.973/2004).

Entretanto, em início de 2009, o CI_CBA optou pelo modelo de Empresa Pública. Uma minuta de regulamentação dessa figura jurídica está atualmente em fase avançada de elaboração e será encaminhada para Casa Civil.

**2. Agronegócios**

Durante o ano de 2008, esta CGBS iniciou o acompanhamento de atividades ligadas ao setor de agronegócios.

No âmbito do Plano de Ação 2007-2010 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional, a CGBS foi designada gerente técnica dos Programas 13.1. Pesquisa, desenvolvimento e inovação em alimentos e 13.4. Articulação internacional para o avanço da C,T&I voltada para o agronegócio, sendo responsável por alimentar o Sistema Integrado de Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação com informações relacionadas a estes programas. Para viabilizar a realização desta tarefa, esta CGBS acompanhou 3 reuniões do Comitê Gestor do Fundo Setorial de Agronegócios.

A CGBS foi nomeada suplente do Secretário da SEPED na Comissão Técnica Interministerial MCT/MAPA, instituída pela Portaria Interministerial MCT/MAPA Nº 745, de 22 de novembro de 2007. O objetivo desta comissão era promover a cooperação técnica na formulação de políticas de apoio ao desenvolvimento científico-tecnológico e de inovação na área da produção agropecuária e do desenvolvimento do agronegócio. Esta comissão temporária realizou 6 reuniões durante o ano de 2008 que resultaram na apresentação de um Plano de Trabalho onde são apontadas as áreas de convergência de atuação dos órgãos envolvidos e as prioridades que devem ser consideradas pela parceria entre o MCT, MAPA e Embrapa. Outro resultado relevante, fruto de proposição desta comissão, foi a criação da Comissão Técnica Interministerial Permanente de Ciência e Tecnologia na Agropecuária – CTCTA, por meio da Portaria Interministerial Nº 865, de 25 de novembro de 2008.

Em 2008, esta CGBS ainda representou informalmente e temporariamente o Secretário da SEPED nos seguintes fóruns:

– GT-Agropecuária da Comissão Nacional de Biotecnologia cujo objetivo é definir projetos específicos dentro das prioridades da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia, com levantamento de gargalos em infra-estrutura, marcos regulatórios, recursos humanos e financiamento, a serem encaminhadas para o Comitê Nacional de Biotecnologia. A CGBS acompanhou 02 reuniões cujo objetivo era discutir a construção do Marco Lógico do GT.

Comitê Executivo da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) para o Sistema Agroindustrial Brasileiro. A CGBS acompanhou 3 reuniões que tinham como objetivo definir ações para compor a Agenda de Ações do Fórum Competitivo do Sistema Agroindustrial.

**3.** No âmbito da **cooperação internacional**, merece destaque:

**3.1 Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia – CBAB/CABBIO** particularmente com a formação de recursos humanos em temas avançados de biotecnologia e com o intercâmbio científico e tecnológico, que vem transcendendo as fronteiras dos dois países com a participação de pesquisadores de alto nível do Brasil e da Argentina, e de outras partes de mundo. O pequeno financiamento concedido a projetos de P&D tem produzido resultados que a curto ou médio prazo poderão gerar conhecimentos tecnológicos possíveis de serem repassados ao setor produtivo. Em 2008, o CBAB lançou simultaneamente no Brasil e na Argentina, dois editais. O primeiro foi para o financiamento de cursos de curta duração em temas avançados de biotecnologia, do qual resultou na aprovação de 19 cursos (10

brasileiros, 8 argentinos, e 1 colombiano) constituindo-se no Calendário de Cursos do CBAB disponibilizado no seguinte endereço eletrônico: http://www.mct.gov.br/upd_blob/0200/200109.pdf. O outro edital foi destinado ao pagamento de projetos biotecnológicos pré-competitivos, no qual foram aprovados 15 projetos conjuntos. Ressaltam-se ainda dois aspectos: *i)* a participação da Colômbia, Uruguai e Paraguai como países associados ao Centro, e *ii)* que a alocação dos recursos para a implementação de cursos e projetos nos países participantes ocorre aplicando-se as regras de intercâmbio; ou seja financiado-se somente as atividades desenvolvidas em território nacional. No caso das atividades desenvolvidas em território estrangeiro, o Governo Brasileiro efetua gastos relacionados somente com os translados de participantes brasileiros.

### 3.2 Centro Internacional de Engenahria Genética e Biotecnologia.

O Brasil é um dos países signatários do Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia – organização especialmente preocupada com as necessidades dos países em desenvolvimento e dedicada à pesquisa avançada e ao treinamento em biologia molecular, engenharia genética e em biotecnologia. Esta participação se dá por meio do pagamento de uma contribuição anual de U$ 105.000,00 pago por meio da ação 0188 – Contribuição ao Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia – CIEGB, do Programa 0681 – Gestão da Participação em Organismos Internacionais, sob a responsabilidade da Assessoria Internacional do MCT.

Esta CGBS é o ponto focal do CIEGB no Brasil, sendo responsável por divulgar o calendário anual de encontros e cursos do CIEGB, assim como as chamadas anuais para apresentação de propostas de pesquisa colaborativa, de encontros e cursos e bolsas de estudos. Além disso, a CGBS é responsável por organizar a reunião do Comitê Científico Brasileiro do CIEGB – composto pelos doutores Elba Pinto da Silva Bon, Elíbio Leopoldo Rech Filho, Marcelo Bertolini – para julgamento das propostas brasileiras a serem encaminhadas para fase final de seleção do CIEGB.

Em 2008, foram recebidas 11 propostas de projetos de pesquisa colaborativa e 04 aplicações para bolsas de pós-graduação. Todas as aplicações para bolsas foram endossadas, entretanto nenhum candidato brasileiro foi selecionado. Foram endossadas 3 propostas de projetos, sendo as seguintes aprovadas pelo CIEGB:

- Production of transgenic rabbits for hybridome-free generation of monoclonal antibodies – José Ernesto Belizário
- Bioprospection of lipolytic and cellulolytic deep-sea bacteria – André Oliveira de Souza Lima

O segundo projeto foi aprovado pelo CIEGB diante do compromisso assumido pelo MCT de financiar seus custos como forma de abatimento da dívida que o Brasil possui com o Centro. Os custos, Euro 45.000,00 divididos em três parcelas anuais iguais, serão pagos pelo Fundo Setorial de Biotecnologia. Contudo, a primeira parcela que deveria ser paga em 2008, não foi empenhada, o que poderá comprometer a execução do projeto dentro do prazo previsto pelo CIEGB.

### 3.3 Projeto Biotech

Constitui-se em um Projeto de cooperação entre os países membros do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) com os países da Comunidade Européia – CE, pautado

na necessidade de maior integração e desenvolvimento de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico sustentável dos países.

A concepção do projeto considera como fatores necessários à construção da sociedade do conhecimento nos países: a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico na promoção de um crescimento econômico sustentável e socialmente equilibrado; as políticas empresariais capazes de absorver o conhecimento gerado; e o capital humano.

O projeto é voltado para o desenvolvimento de pesquisas conjuntas de interesse comum entre as instituições da CE e do Mercosul, e o aumento da transferência de tecnologias para o setor produtivo, considerando a experiência dos países europeus.

Para dar início à cooperação, o projeto previu a implementação de uma Plataforma de Biotecnologia, devido a expressiva capacidade já instalada nesta área nos países do Mercosul e da perspectiva de aplicação de biotecnologias no setor produtivo, principalmente na agropecuária e na área farmacêutica.

O objetivo dessa Plataforma de Biotecnologia é coordenar, supervisionar e implementar ações de diagnóstico, além de planejar ações concretas voltadas para a criação de um ambiente favorável à transferência de tecnologias do setor acadêmico para o setor produtivo.

Funcionalmente, esta Plataforma atua no âmbito da *Reunión Especializada de Ciencia e Tecnología del Mercosur* (RECyT), por meio de uma Unidade de Gestão, constituída pelo Diretor e uma equipe técnica administrativa no MinCyT (*Ministério de Ciencia, Tecnología e Inovacción Productiva* da Argentina) e por uma Comissão de Apoio ao Desenvolvimento de Biotecnologias (CADB), formada por três representantes de cada país (um do governo, um do setor privado e um do setor acadêmico) especialistas em biotecnologia; sendo que a interlocução entre os países ocorre por meio de pontos focais, representantes de governos.

No sentido de cumprir seu objetivo, o Programa está financiando 5 Projetos Integrados para facilitar a articulação de grupos de pesquisa e empresários em a nível regional em temas priorizados para o Mercosul. Tais Projetos respondem à determinação de necessidades da demanda em biotecnologia no Mercosul, identificadas em workshops nacionais e regionais com a participação dos setores acadêmico, produtivo e governamental dos países do Mercosul. Os Projetos foram selecionados pela Comissão de Apoio ao Desenvolvimento de Biotecnologias (CADB), assessorada por consultores internacionais *ad hoc* e aprovados pela e Comissão Européia, e no âmbito da Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia do Mercosul (RECyT), contemplando-se as seguintes cadeias produtivas: carne aviária (frango), carne bovina, oleaginosa (soja), e floresta.

**4. Fóruns de Discussão -** Com relação à contribuição da CGBS em temas afetos a biotecnologia, ressalta-se sua participação nos seguintes fóruns de discussão:

### 4.1. Política de Desenvolvimento Produtivo

O MCT, por meio da CGBS, participa como membro suplente no **Comitê Nacional de Biotecnologia/CNB** - criado pelo Decreto Presidencial nº 6.041, de 8 de fevereiro de 2007. Este Comitê é responsável pela coordenação e implementação da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia, bem como responsável por outras ações que sejam pertinentes e necessárias para o desenvolvimento e utilização da biotecnologia, com ênfase na bioindústria brasileira.

No âmbito do CNB a CGBS é membro titular do Grupo de Trabalho de Orçamento que tem como atribuição fazer o levantamento de todas as ações governamentais na área de biotecnologia com o objetivo de propor, oportunamente, um Programa de Biotecnologia no âmbito do Plano Plurianual.

## 4.2. Grupo de Trabalho para Elaboração da "Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos"

O governo federal aprovou a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, por meio do Decreto Presidencial Nº. 5.813, de 22 de junho de 2006, a qual se constitui em parte essencial das políticas públicas de saúde, meio ambiente, desenvolvimento econômico e social como um dos elementos fundamentais de transversalidade na implementação de ações capazes de promover melhorias na qualidade de vida da população brasileira.

Assim como as demais iniciativas do governo federal para a formulação e implementação de políticas públicas, a metodologia adotada favoreceu a construção participativa e democrática, envolvendo transversalmente todos os níveis e instâncias do governo e da sociedade na coleta sistemática de subsídios para elaboração do documento e deste esforço o MCT, por meio da CGBS participou de forma ativa no processo de formulação desta política desde 2004.

A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos - PNPMF configura decisões de caráter geral que apontam rumos e linhas estratégicas de atuação governamental, reduzindo os efeitos da descontinuidade administrativa e potencializando os recursos disponíveis ao tornarem públicas, expressas e acessíveis à população e aos formadores de opinião as intenções do Governo no planejamento de programas, projetos e atividades.

As ações decorrentes desta política, manifestadas no Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos - PNPMF, são imprescindíveis para a melhoria do acesso da população aos medicamentos, à inclusão social e regional, ao desenvolvimento industrial e tecnológico, à promoção da segurança alimentar e nutricional, além do uso sustentável da biodiversidade brasileira e da valorização, valoração e preservação do conhecimento tradicional associado das comunidades tradicionais e indígenas.

No mesmo decreto, foi instituído o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos por meio de Grupo Gestor Interministerial e por representantes dos biomas brasileiros, com a atribuição de monitorar e avaliar o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

A portaria de nomeação dos membros será lançada e a CGBS representará o MCT.

## 4.3. Codex Alimentarius

O Grupo Técnico de Alimentos Derivados da Biotecnologia (GT-FBT), coordenado pela Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde do MCT, encontra-se com suas atividades suspensas até que novos assuntos sejam propostos à Comissão do Codex Alimentarius. Entretanto, é importante ressaltar que as três propostas de diretrizes discutidas por este grupo nos anos anteriores foram adotadas durante a 31ª Sessão da Comissão do Codex Alimentarius, realizada em julho de 2008, gerando os seguintes documentos:

- Diretrizes para a Condução de Avaliação de Segurança Alimentar de Alimentos Derivados de Animais DNA-Recombinantes;
- Anexo sobre a Avaliação de Segurança Alimentar de Alimentos Derivados de Plantas DNA-Recombinantes Modificadas para Obtenção de Benefícios Nutricionais ou de Saúde; e
- Anexo sobre a Avaliação de Segurança Alimentar em Situações de Presença em Baixo-Nível de Material Vegetal DNA-Recombinante em Alimentos.

### 4.4 Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança

O Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança é um tratado ambiental que faz parte da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Foi aprovado em 29 de janeiro de 2000, entrando em vigor em setembro de 2003. Atualmente, 188 países fazem parte do Protocolo e o Brasil ratificou sua adesão em novembro de 2003.

O Protocolo de Cartagena tem como objetivo geral contribuir para assegurar um nível adequado de proteção no campo da transferência, da manipulação e do uso seguro dos organismos vivos modificados (OVMs), resultantes da biotecnologia moderna, que possam ter efeitos adversos na conservação e no uso sustentável da diversidade biológica, levando em conta os riscos para a saúde humana e enfocando especificamente os movimentos transfronteiriços. (Art. 1° Protocolo de Cartagena).

O MCT tem participado de forma ativa das discussões em torno do Protocolo de Cartagena. Desde 2006 esta CGBS coordena o grupo de trabalho, instituído pela Portaria MCT nº 400, de 28 de junho de 2006, para implementação do Projeto da UNEP/GEF intitulado "Building Capacity for Effective Participation in the Biosafety Clearing House (BCH)" do Protocolo de Cartagena, cujo objetivo principal é o desenvolvimento de uma ferramenta que fornecesse acesso aberto e fácil a informações nacionais relevantes acerca de Organismos Vivos Modificados (OVMs).

Em 2008, este objetivo foi alcançado com o lançamento do Portal BHC Brasil – Mecanismo de Intercâmbio de Informações do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, que pode ser consultado pelo sítio da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio: http://bch.ctnbio.gov.br/. Sua construção se deu com aporte de recursos financeiros do GEF e com contrapartida não-financeira por parte do MCT.

Juntamente com o desenvolvimento do Portal BCH Brasil foram organizados seminários e treinamentos para capacitação de representantes de usuários – setor acadêmico e empresarial, agências de regulação e controle previstas na Lei de Biossegurança Brasileira, imprensa, parlamentares e sociedade civil em geral – por meio dos quais o Brasil fez cumprir o estabelecido nos Artigos 20 e 22 do Protocolo, implantação do Biosafety Clearing-House (Portal Brasil BCH) e criação de capacidade (física e humana), respectivamente.

Ainda no âmbito do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, a CGBS representou o MCT em sua Quarta Reunião das Partes (MOP 4) realizada na cidade alemã de Bonn, durante os dias 12 e 16 de maio de 2008. A MOP-4 teve como tema mais concorrido a adoção de um regime internacional sobre responsabilidade e compensação, em conformidade com o Artigo 27 do Protocolo de Cartagena que trata desta matéria (*Liability and Redress*).

### 4.5. Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos (CONICQ)

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, tratado internacional da Organização Mundial da Saúde (OMS), tem por objetivo proteger as gerações presentes e futuras das conseqüências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco. Para isto, proporciona uma referência para as medidas de controle do tabaco, a serem implementadas pelas Partes nos níveis nacional, regional e internacional, com o intuito de reduzir de maneira contínua e substancial a prevalência do consumo e a exposição à fumaça do tabaco".

Este instrumento em saúde pública foi adotado pelos países membros da OMS em 21 de maio de 2003. No Brasil foi assinado em 16 de junho de 2003, aprovado pelo Congresso

Nacional em 27 de outubro de 2005, ratificado pelo Governo Brasileiro em 3 de novembro de 2005, e promulgado pelo Presidente da República em 2 de janeiro de 2006, entrando em vigor 10 de fevereiro de 2006.

Por meio de Decreto Presidencial, a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos (CONICQ) foi criada em 10/08/2003 com atribuições e competência para "articular a organização e a implementação de agenda governamental intersetorial para o cumprimento das obrigações previstas na Convenção-Quadro".

Esta Comissão Nacional propõe uma agenda de ações e atividades com a participação dos ministérios envolvidos. Em 2008, o MCT participou de forma ativa nas reuniões preparatórias para construção da posição brasileira da 3ª Reunião das Parte (MOP 3) da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, principalmente no tocante ao Artigo 5.3; tema mais afeto ao MCT ("Recomendar e estimular órgãos de pesquisa, universidades públicas e privadas a não receber recursos financeiros, materiais e recursos humanos da indústria do tabaco"). A proposta do MCT foi recebida pela CONICQ com um modelo a ser recomendado aos países na MOP 3, por ser exigência prévia para apoio a projetos - por meio de encomendas, chamadas ou editais - o cumprimento da legislação nacional em vigor bem como dos tratados e convenções que o Brasil seja signatário.

### 2.3.4.4 – Ação 4940: Apoio a Redes e Laboratórios de Nanotecnologia

**Tabela 35: Dados Gerais da Ação 4940**

| |
|---|
| **TIPO:**<br>Atividade |
| **FINALIDADE:**<br>Apoiar as redes de nanotecnologia responsáveis pelo avanço do conhecimento científico e tecnológico em áreas estratégicas para o país, de acordo com a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). |
| **DESCRIÇÃO:**<br>Apoio à formação e à consolidação de redes de pesquisa, ou seja, associações de pesquisadores, empresas e Instituições Cientificas e Tecnológicas (ICTs) que trabalham coordenadamente para dinamizar a geração de novas tecnologias, a serem aplicadas no lançamento de novos produtos no mercado nacional e internacional, em diversas áreas estratégicas, tais como: química, incluindo fármacos; material eletrônico e aparelho de comunicações; segmento de plásticos, e tantas outras. |
| **UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS:**<br>Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240136 |
| **COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO:**<br>Mario Norberto Baibich - 3317 7530 - **e-mail:** mbaibich@mct.gov.br |
| **UNIDADE EXECUTORA:**<br>Administração Direta – 24101 |
| **ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO:**<br>Coordenação Geral de Micro e Nanotecnologia |
| **COMPETÊNCIA INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO** |

Em 2005, esta ação foi implementada, via Edital MCT/CNPq 29/2005, para apoiar 10 redes de pesquisa em nanotecnologia (Redes BrasilNano) por um período de 4 anos. Em 2005, o edital foi composto com R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) da Fonte 100 e R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) das Ações Transversais. Esse montante foi liberado aos projetos em duas parcelas, a primeira, em 2005, a segunda, em 2006. Nos anos seguintes, as redes receberam recursos financeiros de acordo com a disponibilidade orçamentária do MCT/Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). A última liberação de recursos às Redes BrasilNano, de acordo com o Edital citado, será em 2009.

Em 2008, os recursos desta ação, R$ 3.359.909,00 (três milhões e trezentos e cinquenta e nove mil e novecentos e nove reais), Fonte 100, atenderam quatro componentes programáticos:

1) R$ 2.702.124,85 (dois milhões e setecentos e dois mil e cento e vinte e quatro reais e oitenta e cinco centavos) - dos quais R$ 1.962.124,85 (um milhão e novecentos e sessenta e dois mil e cento e vinte e quatro reais e oitenta e cinco centavos), em custeio, e R$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais), em capital - foram liberados às Redes BrasilNano, como ditado pelo Edital MCT/CNPq 29/2005.
2) R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), em custeio, foram utilizados na reunião de avaliação das Redes BrasilNano que, realizada no Rio de Janeiro durante 9ª Conferência Internacional de Materiais Nanoestruturados, nos dias 5 e 6 de junho de 2008, contou com um comitê avaliador composto pelos seguintes membros do Comitê Consultivo de Nanotecnologia, Mario Norberto Baibich (MCT), Gilberto Hauagen Soares (Financiadora de

Estudos e Projetos - Finep), Carlos Alberto Achete (Inmetro) e Nelson Eduardo Durán Caballero (Universidade Estadual de Campinas - Unicamp),

3) R$ 407.391,15 (quatrocentos e sete mil e trezentos e noventa e um mil reais e quinze centavos), em custeio, apoiaram ao Laboratório Regional do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) na implantação da Escola de Microscopia de Transmissão de Alta Resolução do mesmo, e
4) R$ 393,00 (trezentos e noventa e três reais), em capital, compuseram com os recursos previstos para o Edital MCT/CNPq 62/2008 o montante do mesmo.

Os recursos da Fonte 100, ainda que restritos, garantem a sua aplicação nos itens programáticos constados no cadastro da ação. Não obstante, essa restrição tem sido sanada pela complementação dada pelos recursos dos Fundos Setoriais.

Para consecução da finalidade desta ação, a unidade se utilizou das instalações físicas, dos equipamentos e material de consumo deste ministério. Contou ainda com o gerenciamento e a implementação da Coordenação Geral de Micro e Nanotecnologia do MCT (CGNT) e da Coordenação Geral de Programas de Pesquisa em Ciências Exatas do CNPq (CGCEX).

Sobre a distribuição de recursos por UF, não incluídos os valores repassados para o Edital MCT/CNPq 62/2008 e para a avaliação das Redes BrasilNano, tem-se o que se segue:

| UF | VALOR RECEBIDO |
|---|---|
| DF | 331.543,12 |
| MG | 543.820,00 |
| PE | 952.498,45 |
| RJ | 1.014.654,43 |
| RS | 267.000,00 |

**Tabela 36: Metas e resultados da Ação 4940**

| META | PREVISÃO | EXECUÇÃO | EXECUÇÃO/PREVISÃO % |
|---|---|---|---|
| **Financeiro** | 3.359.909,00 | 3.259.909,00 | **97,02** |
| **Física** | 10 | 10 | **100,00** |

**Metas e resultados da ação**

Os recursos financeiros e orçamentários desta ação foram descentralizados ao CNPq que os executaram, seguindo as diretrizes dos Termos de Descentralização de Crédito Orçamentário (TDC) e Planos de Trabalho respectivos:

- Em relação às 10 Redes BrasilNano, os recursos garantiram a continuidade das mesmas, determinação dada pelo Edital MCT/CNPq 29/2005. O prazo final de execução se dará no final de 2009.
- A implantação da Escola de Microscopia de Transmissão de Alta Resolução do Inmetro garantiu o apoio a um dos seis Laboratórios Regionais implementados pelo MCT.
- O Edital MCT/CNPq 62/2008, elaborado com parte dos recursos desta ação, complementou o apoio aos jovens pesquisadores – público alvo do edital - atendendo a 53% da demanda recebida no contexto do Edital MCT/CNPq 62/2008, implementado em sua maior parte com recursos da ação 8655 e do FNDCT/MCT e apresentado com detalhes na ação que se segue.

### 2.3.4.5 – Ação 8655: Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento em Nanotecnologia

**Tabela 37: Dados Gerais da Ação 8655**

| |
|---|
| **TIPO:**<br>Atividade |
| **FINALIDADE:**<br>Fomentar projetos de pesquisa e desenvolvimento em nanotecnologia; projetos de pesquisa envolvendo o fortalecimento de laboratórios, preferencialmente de caráter multiusuário e fomento a projetos voltados ao estímulo, à integração e à capacitação de recursos humanos. |
| **DESCRIÇÃO:**<br>A ação visa o desenvolvimento e o fortalecimento da nanociência e da nanotecnologia brasileira de forma a atender as demandas científicas e tecnológicas necessárias para à geração de produtos e processos que permitam a criação de empresas de base nanotecnológica, propiciando o aumento da competitividade da indústria nacional e o desenvolvimento econômico do país , no âmbito do Programa C,T&I para a PITCE , do MCT, por meio do fomento a projetos de P&D em nanotecnologia voltados para o avanço do conhecimento necessários a atender os gargalos científicos e tecnológicos na área; fomento a projetos de pesquisa envolvendo o fortalecimento de laboratórios, preferencialmente de caráter multiusuário, de forma a assegurar condições adequadas para o desenvolvimento de projetos de P&D e fomento a projetos voltados ao estímulo, à integração e à capacitação de pesquisadores, por meio de cursos de curta duração focando temas específicos e avançados da nanotecnologia, preferencialmente entre pesquisadores dos países integrantes do Mercosul pertencentes a redes de pesquisa em nanotecnologia. |
| **UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS:**<br>Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240136 |
| **COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO:**<br>Mario Norberto Baibich - 3317 7530 - **e-mail:** mbaibich@mct.gov.br |
| **UNIDADE EXECUTORA:**<br>Administração Direta – 24101 |
| **ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO**:<br>Coordenação Geral de Micro e Nanotecnologia |
| **COMPETÊNCIA INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO** |

Em 2008, os recursos desta ação, R$ 4.340.607,00 (quatro milhões e trezentos e quarenta mil e seiscentos e sete reais), Fonte 100, juntamente com R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) da Ação Transversal II do FNDCT atenderam três componentes programáticos:

1) R$ 1.570.607,00 (um milhão e quinhentos e setenta mil e seiscentos e sete reais) – dos quais R$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), em capital, e R$ 1.020.607,00 (um milhão e vinte mil e seiscentos e sete reais), em custeio – compuseram o Edital MCT/CNPq 62/2008. Fizeram parte deste Edital R$ 393,00 (trezentos e noventa e três reais, em capital) provenientes da ação anterior e R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) da Ação Transversal II do FNDCT/MCT. O Edital previu a liberação de recursos em duas parcelas, a primeira, em 2008, originada da soma dos valores citados e a segunda, em 2009, com recursos da Fonte 100 da ação, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) da Ação Transversal II do FNDCT/MCT.
2) R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) – dos quais R$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), em capital, e R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), em custeio

– para a implantação do Laboratório Regional, no Estado do Rio Grande do Sul, interligado com o Centro de Nanociência e Nanotecnologia da UFRGS – CNANO/UFRGS.

3) R$ 270.00,00 (duzentos e setenta mil reais), em custeio, para apoiar as atividades do Centro Brasil Argentina de Nanotecnologia (CBAN).

Os recursos da Fonte 100, ainda que restritos, garantem a sua aplicação nos itens programáticos constados no cadastro da ação. Não obstante, essa restrição tem sido sanada pela complementação dada pelos recursos dos Fundos Setoriais e possibilitaram a consecução e ultrapassagem das metas físicas.

Para consecução da finalidade desta ação, a unidade se utilizou das instalações físicas, dos equipamentos e material de consumo deste ministério. Contou ainda com o gerenciamento e a implementação da Coordenação Geral de Micro e Nanotecnologia do MCT (CGNT) e da Coordenação Geral de Programas de Pesquisa em Ciências Exatas do CNPq (CGCEX).

Sobre a distribuição de recursos por UF, não incluídos os valores repassados ao CBAN, tem-se o que se segue:

| UF | VALOR RECEBIDO |
|---|---|
| AL | 541.081,00 |
| AM | 110.000,00 |
| BA | 234.420,00 |
| CE | 840.228,22 |
| DF | 74.700,00 |
| ES | 208.000,00 |
| GO | 277.529,44 |
| MA | 122.800,00 |
| MG | 2.156.450,84 |
| MS | 340.999,19 |
| MT | 144.730,55 |
| PB | 364.018,84 |
| PE | 968.728,16 |
| PI | 156.585,50 |
| PR | 1.556.108,12 |
| RJ | 2.071.660,67 |
| RN | 259.100,00 |
| RS | 4.463.109,43 |
| SC | 609.791,90 |
| SE | 304.022,84 |
| SP | 3.097.425,12 |
| TO | 119.484,50 |

**Tabela 38: Metas e resultados da Ação 8655**

| META | PREVISÃO | EXECUÇÃO | EXECUÇÃO/PREVISÃO % |
|---|---|---|---|
| **Financeiro** | 4.340.607,00 | 4.340.607,00 | **100,00%** |
| **Física** | 150 | 175 | **116,00%** |

**Metas e resultados da ação**

Dos recursos financeiros e orçamentários desta ação, R$ 1.840.607,00 (um milhão e oitocentos e quarenta mil e seiscentos e sete reais) foram descentralizados ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que os executaram, seguindo as diretrizes dos Termos de Descentralização de Crédito Orçamentário (TDC) e Planos de Trabalho respectivos e R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) foram descentralizados diretamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

- Com o Edital MCT/CNPq 62/2008, lançado em setembro de 2008, houve a contratação de 175 projetos, o que possibilitou o atendimento a 53% da demanda bruta (329 projetos) e a ultrapassagem da meta física em mais de 16%.
- Com relação ao repasse de R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), estes recursos, em 2008, atenderam ao sexto laboratório regional – CNANO/UFRGS - dando continuidade à consolidação de infra-estrutura de laboratórios que atendam demandas de pesquisa, desenvolvimento e de inovação regionais. Desde 2005, já foram apoiados, além laboratório citado, os laboratórios regionais instalados no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), INMETRO, Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE), no Laboratório Nacional de Luz Síncrotron e na EMBRAPA Instrumentação Agropecuária.
- O CBAN, com os recursos recebidos em 2008, apoiou a participação de alunos e professores em seis escolas de nanotecnologia – três, no Brasil e três, na Argentina. Além disso, o CBAN realizou o *workshop* "Nanociência, Nanotecnologia e Inovação no Contexto da Cooperação Brasil-Argentina", onde se reuniram pesquisadores e empresários argentinos e brasileiros com o objetivo de potencializar a interação entre os dois países. O evento ocorreu durante a "4ª Feira e Congresso Internacional de Nanotecnologia", entre os dias 12 e 14 de novembro de 2008, em São Paulo.

## 2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Com a finalidade de cumprir a sua missão institucional, a SEPED estabeleceu para o exercício de 2007, alguns indicadores de Desempenho Operacional de Políticas Públicas, de forma sintética e objetiva, que expõe o resultado da gestão amparado em alguns programas e ações do PPA, sob sua governabilidade.

**Desempenho Operacional: METEOROLOGIA, CLIMATOLIGA E HIDROLOGIA**

**Indicador:** Instalação da Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia - CMCH

**a) Utilidade:** A Comissão é um órgão colegiado integrante da estrutura do MCT que tem como competência contribuir para a formulação de proposta da Política Nacional de Meteorologia e do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia, levando-se em consideração os aspectos da política de aquisição e compartilhamento dos dados coletados no âmbito das organizações de meteorologia atuantes no País. A CMCH tem como missão coordenar as atividades de meteorologia, climatologia e hidrologia e reunir os principais atores: sociedades científicas, governos, empresários para discussão e resolução de problemas relacionados a essas áreas.

**b) Tipo:** Eficácia e Eficiência. A implantação ocorreu na primeira reunião ordinária (14.09.2007) com a posse dos membros. Em reuniões subsequentes, foram produzidos documentos para apresentação ao Fundo Setorial do CT-Agro, elaboração e aprovação do Regimento Interno, Portaria para sua publicação e formação do Grupo de Trabalho para elaborar minuta da Política Nacional de Meteorologia.

**c) Fórmula de cálculo:** - não se aplica

**d) Método de Aferição:** Foram realizadas uma reunião ordinária com a participação de todos os representantes da Comissão, duas reuniões extraordinárias voltadas para a análise, discussão e aprovação do Regimento Interno e uma reunião do Comitê-Executivo que criou o GT para elaborar o texto de Política Nacional de Meteorologia e Climatologia.

**e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:** Coordenação Geral de Meteorologia. Climatologia e hidrologia.

**f) Resultado do indicador no exercício:** 100% - posse dos membros, elaboração do Regimento Interno, formação de grupo de trabalho, termo de referência que será apresentado ao CT-Agro

**g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:** Não de aplica

**h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:** Não se aplica

**Indicador:** Implementação total do Projeto Piloto de Investimento (Desenvolvimento da Meteorologia. Nacional), transformado em PAC em 2007.

**a) Utilidade**: O Estado tem com uma das competências a prestação de serviços públicos de meteorologia e climatologia, com o objetivo de garantir a todo cidadão brasileiro o direito a

informações meteorológicas básicas gratuita e de qualidade. Fortalecer e atualizar a infra-estrutura das instituições nacionais , dando condições para o contínuo desenvolvimento da meteorologia voltado para a previsão do clima, tempo e da evolução hidrológica, aumentando o índice de acertos de previsões e facilitando o acesso aos usuários. O MCT gerenciou recursos de 2005-2007 dando prioridade à modernização e atualização de equipamentos, substituição de estações convencionais pelas automáticas nos Estados, capacitando os institutos, e fortalecendo a rede sinótica de previsão de tempo e clima.

**b) Tipo:** Eficiência e eficácia: Os equipamentos e itens integrantes do plano de trabalho elaborado pelo CPTEC/INPE e INMET/MAPA foram adquiridos e instalados, alguns nos institutos nacionais e outros, como é o caso das estações meteorológicas automáticas, nos Estados da Federação.

**c) Fórmula de cálculo:** - não se aplica

**d) Método de Aferição:** Reuniões com os Institutos (CPTEC e INMET), Ministério do Planejamento e Ministério da Fazenda; e relatórios mensais, plataformas automáticas de coleta de dados instaladas e em funcionamento.

**e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:** Coordenação Geral de Meteorologia. Climatologia e hidrologia.

**f) Resultado do indicador no exercício:** 100% Recebimento de dados meteorológicos e climatológicos pelos usuários em tempo hábil e mais confiáveis.

**g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:** Não de aplica

**h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:** Não se aplica

**Indicador:** Fortalecimento dos Centros Estaduais de Meteorologia

**a) Utilidade:** Em 2005 foi elaborado um levantamento junto aos Centros Estaduais de Meteorologia com relação à infra-estrutura física e de pessoal qualificado e detectada a acentuada diferença entre o número de recursos humanos disponíveis, os equipamentos e a carência de atualização e reciclagem do conhecimento com relação à demanda dos usuários. Tendo em vista diminuir essas deficiências que se apresentavam como vulnerabilidades para o País, o MCT desenvolveu parcerias com os Centros Estaduais de Meteorologia, CNPq e SBMET, através do PROJETO "Sistemas Numéricos de Previsão de Tempo", com o objetivo de reforçar a equipe local com meteorologistas, especialistas em banco de dados e em hidrometeorologia com a concessão de 12 bolsas DTI, e investiu na capacitação de recursos humanos, apoiando a realização de cursos de atualização técnico-científica, e instalação de "clusters" de computadores (em 10 Centros), uma vez que a previsão de tempo e clima é fortemente dependente de sistemas informatizados de alto desempenho e de banco de dados, que condicionam a qualidade das informações e dados que poder ser disponibilizados aos usuários.

**b) Tipo: eficiência, eficácia e efetividade.** O interesse dos Centros em participar dos cursos e da avaliação do projeto envolveu 24 Estados. Os clusters de computadores foram instalados e estão em funcionamento nos Centros, rodando os modelos de previsão de tempo e climática e 5 deles em fase de teste e ajustes necessários vias checagem dos resultados com os dados medidos.

**c) Fórmula de cálculo:** - não se aplica

**d) Método de Aferição:** Reunião de avaliação do Projeto Sistemas Numéricos de Previsão do Tempo em dez/2007, na UFRJ, após a realização do curso Meteorologia Sinótica Teórica e Aplicada com número de inscritos muito superior às maquinas disponíveis, ultrapassando as expectativas iniciais quando da inscrição.

**e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:** Coordenação Geral de Meteorologia. Climatologia e hidrologia.

**f) Resultado do indicador do exercício**: 100%. Maior confiabilidade nos dados informativos utilizados pelos usuários e o número de atendimentos a Centros Estaduais de Meteorologia, com fortalecimento de suas infraestruturas. 2 dos bolsistas foram contratados um pelo centro estadual, outro pelo INMET.

**g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:** Não de aplica

**h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:** Não se aplica

**Desempenho Operacional: BIODIVERSIDADE**

**Indicador**: Criação de marcos legais para conservação e uso da bioidversidade – projeto de lei de acesso aos recursos genéticos

**a) Utilidade**: Encontra-se em análise na casa civil projeto de lei de acesso aos recursos genéticos. A discussão do projeto de lei envolve a participação de diversos ministérios, principalmente o MCT, SAÚDE, AGRICULTURA, INDÚSTRIA E CULTIRA. A SEPED, por intermédio da Coordenação Geral de Políticas e Programas para Biodiversidade, participa ativamente da construção do projeto de lei, na defesa dos interesses nacionais e sua inter-relação com a atividade de ciência e tecnologia.

**b) Tipo:** Trata-se de um indicador de eficiência pois para a realização das atividades de C,T&I é primordial a garantia de um amparo legal em consonância com os interesses do MCT..

**c) Fórmula de cálculo:** - não se aplica

**d) Método de aferição:** não se aplica

**e) Área responsável pelo cálculo e/ ou medição:** Coordenação Geral de Políticas e Programa para a Biodiversidade.

**f) Resultado do indicador no exercício**:

**g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:** Não de aplica

**h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:** Não se aplica

**Desempenho Operacional: MAR**

**Indicador:** Elaboração do VII Plano Setorial para os Recursos do Mar (VI PSRM)

**a) Utilidade**: O VII PSRM será vigente para o quadriênio 2008-2011, e terá como prioridade conhecer e avaliar as potencialidades do mar e monitorar os recursos vivos e não-vivos, assim como os fenômenos oceanográficos e climatológicos das áreas marinhas sob jurisdição e de interesse nacional. O MCT/SEPED tem assento em todos os Comitês Executivos do VII PSRM, tais como o Programa Arquipélago São Pedro e São Paulo, Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira, Avaliação do Potencial Sustentável e Monitoramento dos Recursos Vivos Marinhos e Consolidação e Ampliação dos Grupos de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências do Mar. O MCT coordena dois Comitês Executivos subordinados ao VII PRSM, o Comitê Executivo para Levantamento e Avaliação do Potencial Biotecnológico da Biodiversidade Marinha – BIOMAR, cujo Proposta Nacional de Trabalho, que norteia todas as ações relacionadas ao tema, foi elaborada e aprovada em 2007, e o novo Comitê, Pesquisa em Clima e Oceanografia sobre o Atlântico Tropical e Sul, e Antártica.

**b) Tipo**: Eficiência média – grande número de encontros presenciais, durante todo o ano de 2007. Todos os Ministérios envolvidos participaram e todos os Ministros aprovaram o documento, que está sendo encaminhado a Casa Civil, para posterior aprovação do Presidente da República. Efetividade: 100%.

**c) Fórmula de cálculo:** Não se aplica

**d) Método de aferição: Número de Reuniões**

**e) Área Responsável pelo cálculo e/ou medição**: Coordenação para o Mar e Antártica

**f) Resultado do indicador no exercício**: aprovação do VII na CIRM; aprovação do Ministro de Estado de C&T; aprovação pelo Presidente da República.

**g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:** Não de aplica

**h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:** Não se aplica

**Desempenho Operacional: ANTÁRTICA**

**Indicador:** Participação brasileira no Ano Polar Internacional

**a) Utilidade:** O IV Ano Polar Internacional (*International Polar Year*), API 2007-2008, é o primeiro API com efetiva participação do Brasil. O API é um programa internacional que coordena pesquisas científicas interdisciplinares nas regiões polares: Ártico e Antártica, organizado conjuntamente pelo ICSU (*International Council for Science*) e pela WMO (*World Meteorological Organization)*, realizados a intervalos de cerca de cinqüenta anos. Considera-se altamente provável que a ampliação de atividades antárticas por parte dos principais países do cenário mundial vise, não só ampliar o conhecimento científico sobre a influência da região antártica em mudanças ambientais que afetem seus respectivos territórios, como também reforçar suas posições político-estratégica sobre o futuro de 10% do planeta.

**b) Tipo**: Eficiência 100% – resposta rápida às demandas internacionais e nacionais. Eficácia: 100% - ampliação dos recursos investidos em pesquisa antártica; projetos aprovados e apoiados. Efetividade: 100%.

**c) Fórmula de cálculo:** Não se aplica

**d) Método de aferição: Número de Reuniões**

**e) Área Responsável pelo cálculo e/ou medição**: Coordenação para o Mar e Antártica

**f) Resultado do indicador no exercício**: primeira participação de cientistas brasileiros em Ano Polar Internacional, em grandes projetos com atuação direta de pesquisadores brasileiros de mais de trinta universidades públicas e privadas e de centros de pesquisa; lançamento do API no Brasil concomitante ao lançamento pela UNESCO, em 1º de março de 2007; grande destaque na mídia nacional e aumento da percepção pública das pesquisas realizadas na Antártica por brasileiros.

**g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:** Não de aplica

**h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:** Não se aplica

**Desempenho Operacional: Meio Ambiente**

**Indicador:** Elaboração do Plano Científico da Rede de Pesquisa de Conservação e Uso Sustentável do Cerrado

**a) Utilidade**: Ampliar o conhecimento sobre os fatores ambientais e sócio-econômicos que interferem na situação do Cerrado, com enfoque para o uso da terra; tornar disponível o conhecimento científico e tecnológico sobre o Cerrado, por meio de um banco de dados abertos e outros mecanismos, para a formulação e implementação de políticas públicas de conservação e uso sustentável; ampliar o conhecimento e tecnologias de aproveitamento sustentável da biodiversidade e demais recursos naturais do Cerrado; contribuir para as estratégias de conservação e uso sustentável do Cerrado; fortalecer as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Ambientais no Cerrado, por meio da interação entre grupos consolidados e emergentes.

**b) Tipo**: o indicador foi considerado eficiente pelo tempo exíguo de elaboração do plano científico e otimização de recursos pois foram previstas 5 reuniões regionais e uma conferência nacional, e no entanto, o plano científico foi elaborado com 2 reuniões nacionais.

**c) Fórmula de cálculo**: Não se aplica

**d) Método de aferição**: Não se aplica

**e) Área responsável pelo cálculo e/ ou medição:** Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas.

**f) Resultado do indicador no exercício:** plano científico desenvolvido por aproximadamente 40 pesquisadores atuantes em instituições de pesquisa de 11 Estados com abrangência do Bioma Cerrado e criação da Rede de pesquisas COMCERRADO

**g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:** Não se aplica

**h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:** Não se aplica

**i) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:** Não se aplica

**Indicador:** Implementação de estratégias para integração de grupos de pesquisa no Pantanal e na Amazônia

**a) Utilidade**: estruturação de redes de pesquisa para promover e disseminar, de forma cooperativa, pesquisas científicas e tecnológicas em temas prioritários para região Amazônica e Pantanal

**b) Tipo**: o indicador foi considerado eficaz, pois o modelo de rede adotado mostrou-se inovador para atender às pesquisas, promovendo resultados integrados bem como o fortalecimento da capacidade regional. O indicador também foi considerado eficiente ao promover a complementaridade das ações dos pesquisadores da rede e contribuindo para superação das assimetrias regionais, otimização dos recursos e maximizando os resultados obtidos.

**c) Fórmula de cálculo:** Não de aplica

**d) Método de aferição**: Número de Redes Integradas

**e) Área responsável pelo cálculo e/ ou medição:** Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas.

**f) Resultado do indicador no exercício**: grupos de pesquisa integrados em 15 redes na Amazônia e 3 no Pantanal

**g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:** Não se aplica

**h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:** Não se aplica

**Indicador:** Aprimoramento do sistema de monitoramento do desmatamento da Amazônia

**a) Utilidade**: Como forma de contribuir com o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), por intermédio da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED), propôs desenvolver o Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real – DETER. A criação do Projeto DETER foi uma conseqüência da experiência adquirida pela equipe envolvida nos Projetos PRODES Analógico e PRODES Digital, e pela disponibilidade de dados do sensor MODIS. Dessa forma, o DETER se insere como uma atividade do Projeto PRODES (Estimativa do Desmatamento na Amazônia Legal), para monitorar áreas desflorestadas durante o ano, as quais serão computadas no final do ano pelo PRODES Digital. O Deter produz levantamentos quinzenais, no período de maio a setembro, e mensais no período de outubro a abril devido à ocorrência de nuvens.

**b) Tipo:** o indicador foi considerado eficaz, pois o sistema está plenamente desenvolvido e em operação.

**c) Fórmula de cálculo:** Não se aplica

**d) Método de aferição**: Não se aplica

**e) Área responsável pelo cálculo e/ ou medição**: Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas.

**f) Resultado do indicador no exercício**: sistema produzindo dados de estimativa do desmatamento, subsidiando políticas públicas para o controle do desmatamento na Amazônia.

g) **Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:** Não se aplica

h) **Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:** Não se aplica

**Desempenho Operacional: Biotecnologia**

**Indicador**: Implementação da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia

a) **Utilidade:** Implementar, acompanhar e avaliar a ações de implementação da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia.

b) **Tipo**: A eficiência e eficácia na gestão da implementação da Política de Biotecnologia foi considerada satisfatória observando-se o tempo de operacionalização entre a deliberação dos editais e a implementação dos projetos aprovados no âmbito dos mesmos. Quanto a efetividade do indicador, esta é uma propriedade que deverá ser avaliada em longo do prazo.

c) **Fórmula de cálculo**: não se aplica

d) **Método de aferição**: Somatório de observações por meio do acompanhamento e avaliação das ações e atividades das ações deliberadas para o atendimento da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia.

e) **Área responsável pelo cálculo e/ ou medição**: Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde.

f) **Resultado do indicador no exercício**: Relatórios de gestão (SIGMCT, Contribuição do MCT na área de Biotecnologia para Implementação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE, TCU, Auditoria, entre outros)

g) **Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador**: Falta de articulação entre a CGBS e as Secretarias Técnicas dos Fundos Setoriais.

h) **Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis**: Definição de gestões para acompanhamento das ações do Pano de Ação de C,T&I 2007-2010.

**Comentários:**

A expansão do conhecimento é considerada como um fator imprescindível para promover o aumento da competitividade e a agregação de valor em diversos setores da economia de um país. Partindo desta premissa, o MCT vem ampliando significativamente seus investimentos em pesquisas, fortalecendo sua base de P,D&I em setores estratégicos para tornar o país mais competitivo frente a alguns países emergentes, particularmente em áreas portadoras de futuro, como a biotecnologia.

A importância estratégica da biotecnologia é, mundialmente, reconhecida pelo seu potencial de desenvolvimento econômico e social, constituindo-se em uma das maiores oportunidades de ingresso do Brasil no grande mercado de conhecimento e de novas tecnologias, quando se leva em consideração que o país possui uma base técnico-científica de alto nível e as inúmeras possibilidades de utilização de sua biodiversidade.

A Política de Desenvolvimento da Biotecnologia do país, instituída por meio do Decreto Presidencial nº 6.041, em 8 de fevereiro de 2007, representa um avanço para o setor, uma vez que visa estabelecer um ambiente favorável ao desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos inovadores e ao aumento da capacidade de inovação, de absorção de tecnologias, de geração de negócios, e de expansão das exportações das empresas brasileiras. A política estruturada nos eixos denominados de estruturante e horizontal, apresenta no primeiro, diretrizes para ações estratégicas, prioritárias e de fronteira da biotecnologia nas áreas de saúde humana, agricultura, industrial e meio ambiente; enquanto que no segundo ressalta a necessidade de ações voltadas para investimentos, recursos humanos, infra-estrutura e marcos regulatórios, de modo a tornar o ambiente favorável ao desenvolvimento da biotecnologia.

Assim, a ampliação da capacidade técnico-científica nacional em pesquisas integradas dos conjuntos dos componentes celulares (genômas, proteômas, transcriptomas, metabolomas e interatomas) é, portanto, de interesse estratégico para a competitividade da Indústria, da Saúde Humana e da Agropecuária, e contribuiu para alavancar a criação de empresas de base tecnológica em Biotecnologia e consolidar a posição do Brasil como líder na América do Sul.

Outro aspecto positivo, que cabe destacar, sobre a estratégia de implementação da política de biotecnologia do país, é a formatação de redes de pesquisas, que permite a integração entre grupos de pesquisa de excelência reconhecida e grupos de pesquisa emergentes, associados a formação de recursos humanos, criando-se um ambiente favorável a troca de experiências.

**Desempenho Operacional: Mudanças Climáticas**

**Indicador 1.** Fortalecimento da Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima:

**a) Utilidade:** Reformular e estabelecer novos padrões de forma a reforçar a atual estrutura de análise de projetos MDL no Governo Brasileiro, considerando a crescente demanda de atividades de projetos no âmbito do MDL no Brasil.

**b) Tipo:** Até 2007, já haviam sido aprovados 173 projetos pela Comissão Internimisterial de Mudança Global do Clima, dos quais 108 foram registrados pelo Conselho Executivo do MDL, com cerca de 142 milhões de toneladas de $CO_2$ a serem reduzidas durante o primeiro período de obtenção de crédito do Protocolo de Quioto, o que demonstra a eficiência e efetividade desse indicador. A parte de eficácia não se aplica a esse indicador, visto que o Brasil não possui metas de redução de emissões de gases de efeito estufa.

**c) Fórmula de Cálculo do indicador:** Consulta na página do Conselho Executivo do MDL, em Bonn.

**d) Método de aferição:** Consulta na página do Conselho Executivo do MDL, em Bonn.

**e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:** Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima.

**f) Resultado do indicador no exercício:** 173 projetos aprovados pela Comissão.

**g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:** Não se aplica

**h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:** Não se aplica.

**Indicador 2.** Elaboração da Segunda Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima:

**a) Utilidade:** Ampliar a cobertura do Inventário Brasileiro de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa de modo a compreender as emissões e remoções anuais para o período de 1990 a 2000, focalizando os setores/gases que representam uma parcela significativa das emissões de gases de efeito estufa ou apresentam um elevado grau de incerteza, ou ambos; Realizar reduções em escala de modelos de circulação global; Elaborar estudos sobre vulnerabilidade e adaptação à mudança do clima, com ênfase no setor de saúde; no setor energético; nos recursos hídricos, enchentes e desertificação; no setor agropecuário; no manejo de zonas costeiras; e biodiversidade; Atualizar a descrição das circunstâncias nacionais do Brasil, assim como das medidas adotadas ou previstas para implementar a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

**b) Tipo**: Em 2007, as principais parcerias necessárias à elaboração dos trabalhos referentes ao segundo inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa e outros estudos que deverão compor a Segunda Comunicação Nacional do Brasil já haviam sido celebradas e iniciadas, com a apresentação, em alguns setores, de relatórios parciais de desenvolvimento. Além disso, para todas as parcerias celebradas foram alocadas contrapartidas das instituições parceiras, o que possibilitou não apenas a redução dos custos do trabalho como também a ampliação do escopo de diversos estudos, demonstrando a eficiência e efetividade desse indicador. A parte de eficácia também foi atingida, visto que o Brasil tem até março de 2010 para finalizar sua Segunda Comunicação Nacional e enviá-la ao Secretariado da Convenção sobre Mudança do Clima e, de acordo com o cronograma definido recentemente, o país deverá cumprir esse compromisso até dezembro de 2009.

**c) Fórmula de Cálculo do indicador**: Relatório de Avaliação do GEF.

**d) Método de aferição:** Relatório de Avaliação do GEF.

**e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:** Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima.

**f) Resultado do indicador no exercício**: 30% de execução atingida.

**g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:** Não se aplica

**h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:** Não se aplica.

**Indicador 3.** Estratégia de conscientização pública e educação sobre mudança global do clima:

**a) Utilidade:** Disponibilização no *web* site do MCT de informações atualizadas acerca de questões referentes à mudança do clima, bem como os resultados do inventário nacional de gases de efeito estufa.

**b) Tipo:** Trata-se de uma das principais atividades de conscientização pública desenvolvida na área de mudança global do clima no país. O *site* possibilita que textos importantes sejam disponibilizados para todo o Brasil em nosso idioma, como a íntegra do texto da Convenção e do Protocolo de Quioto, a Primeira Comunicação Nacional do Brasil, documentos relativos às negociações no âmbito da Convenção, em especial decisões das Conferências das Partes, e documentos, discursos e propostas que refletem a posição brasileira. O *site* também possibilita a divulgação de todos os trabalhos da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, incluindo a publicação dos projetos avaliados e aprovados por essa

Comissão separados por setor, o que garante a transparência dos trabalhos desse colegiado, bem como informações atualizadas sobre o status do MDL no Brasil e no mundo. Além disso, aponta para informações existentes na internet relacionadas à mudança do clima consideradas relevantes, com níveis de conhecimento que vão desde informações para iniciantes até informações científicas bem detalhadas (como os relatórios do IPCC). Com cerca de aproximadamente 100.000 acessos mensais, o *site* responde a uma média de 400 consultas mensais por e-mail sobre informações a respeito dos trabalhos e das posições brasileiras na Convenção, além de ser o *site* temático mais acessado dentro da *home page* do MCT. Por ser desenvolvido em quatro idiomas – português, espanhol, inglês e francês, o *site* brasileiro de mudança do clima tornou-se fonte de referência também fora do país, principalmente na América Latina e nos países africanos de língua portuguesa, que acompanham as negociações da Convenção do Clima por meio da *home page* brasileira, demonstrando assim a importância e abrangência dessa atividade de conscientização. Esse *site* possui atualmente 51.554 páginas publicadas nos quatro idiomas. Sobre esse *site* é importante mencionar que o Google realiza um dos mais importantes e eficientes levantamentos de classificação de páginas da *web*, denominado *Google PageRanker*. De acordo com esse levantamento, a cada 10 (dez) pesquisas realizadas na Internet sobre o tema Mudança do Clima, 7 (sete) são direcionadas ao sítio de mudanças climáticas do MCT, demonstrando uma relevância de 7/10.

**c) Fórmula de Cálculo do indicador:** Quantidade de páginas publicadas no site.

**d) Método de aferição:** Sistema *publicare* do MCT.

**e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:** Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima

**f) Resultado do indicador no exercício:** 51.554 páginas publicadas até 31/12/2007

**g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:** Não se aplica

**h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:** Não se aplica

**Indicador 4.** Realização de Consulta Pública sobre os fatores de emissão de $CO_2$ pela geração de energia elétrica no SIN do Brasil:

**a) Utilidade:** Definir a sistemática de cálculo dos fatores de emissão de $CO_2$ resultantes da geração de energia elétrica verificada no Sistema Interligado Nacional (SIN) do Brasil.

**b) Tipo:** Em 2007, foi estabelecido um grupo de trabalho composto por representantes do Operador Nacional do Sistema (ONS), do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Durante a realização dos trabalhos desse Grupo foram realizadas três reuniões com desenvolvedores de projetos, em Brasília – DF e no Rio de Janeiro – RJ. A proposta gerada por esse Grupo foi submetida a uma Consulta Pública com prazo previsto para recebimento de críticas e sugestões até 30/01/2008. As contribuições recebidas no âmbito dessa consulta pública estão sendo objeto de análise pelo referido Grupo de Trabalho, que deverá apresentar uma recomendação à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima em maio de 2008. A realização da consulta pública e a criação e funcionamento desse Grupo de Trabalho envolvendo as principais instituições responsáveis conferiu maior eficiência e efetividade a todo o processo referente à definição dos fatores de emissão.

c) **Fórmula de Cálculo do indicador:** Não se aplica

d) **Método de aferição:** Contribuições recebidas de diversos atores relacionados ao tema.

e) **Área responsável pelo cálculo e/ou medição:** Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima

f) **Resultado do indicador no exercício:** 22 contribuições recebidas

g) **Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:** Não se aplica

h) **Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:** Não se aplica

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Relatório de Gestão, além de atender os preceitos legais estabelecidos pela Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União, constitui um importante instrumento para a Administração Pública no Processo de Avaliação dos resultados obtidos ao final de cada exercício, bem como um informativo à sociedade sobre a correta aplicação dos recursos e seus benefícios oriundos de tal aplicação.

Com a finalidade de cumprir as metas e atividades dos Programas e Ações, estabelecidos no Plano Plurianual, sob a responsabilidade desta Secretaria, foram envidados todos os esforços necessários visando aprimorar a qualidade do trabalho e o grau de atingimento dessas metas.

O resultado dessas ações tem contribuído definitivamente para a integração de competências, na formação de recursos humanos, na infra-estrutura de institutos de pesquisas e no apoio ao fomento, ampliando o conhecimento técnico-científico sobre as interações entre a natureza, a ciência e a sociedade, que contribuam para o entendimento das mudanças globais e para a melhoria da qualidade de vida da população.